

**Ata da sessão ordinária realizada
dia 22 de setembro de 2023**

Aos **vinte e dois** dias do mês de setembro, do ano dois mil e vinte e três, pelas **vinte e uma horas e dez minutos**, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em **sessão ordinária**, nas instalações do Centro de Cultural do Rosário, sob a presidência de **Francisco Manuel Valadas Abreu**, secretariado por, **Filipa Isabel Ribeiro de Sousa**, como 1ª secretária e **Alexandre Guerreiro Figueiredo** como 2.º secretário, dando cumprimento ao preceituado no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.-----

Encontravam-se presentes na sessão os deputados: -----

Eleitos pelo PS: Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro, António Manuel Horta Fontinha, Maria Cristina Martins Brás Germano, João Manuel dos Santos Romba Guerreiro, Marília da Conceição Guerreiro, Rui Manuel Gaspar Cortes Guerreiro, Helena Isabel Teixeira Barão, Sandrina Madeira Casimiro, o Secretário da União de Freguesias de Almodôvar e Sr.ª da Graça de Padrões, Rui Manuel Cabrita Guerreiro, o Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, José Germano Silvestre, o Presidente de Junta de Freguesia de S. Barnabé, António Manuel Silva Amaro, o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Francisco Manuel Gonçalves da Luz, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Eduardo José Dias Gonçalves e a Secretária da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Palmira Mestre Cristina Guerreiro.-----

Eleitos pelo PSD: Vítor Manuel Libânio Afonso, Pedro Manuel Bitá Messias e Melo Franco, Ana Isabel Teixeira Guerreiro e Bernardo Pereira Delgado. -----

Faltaram à sessão, o Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Sr.ª da Graça de Padrões, Domingos Manuel Romba Guerreiro (PS), o Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Dário Martins Guerreiro (PS) e o deputado Ruben Daniel Fernandes Guerreiro (PSD), por uma sessão, tendo sido substituídos nos termos do n.º 1 e n.º 3 do artigo 18.º do Regimento, pelo o Secretário da União de Freguesias de Almodôvar e Sr.ª da Graça de Padrões, Rui Manuel Cabrita Guerreiro (PS), pela Secretária da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Palmira Mestre Cristina Guerreiro (PS) e pelo deputado suplente, Bernardo Pereira Delgado(PSD), respetivamente. -----

A Mesa justificou as respetivas faltas. -----

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, estiveram presentes nesta sessão para além do **Presidente da Câmara** António Manuel Ascensão Mestre Bota (PS), a **Senhora Vice-Presidente**, Ana Manuela de Jesus Guerreiro do Carmo (PS) e os **Senhores Vereadores**, João de Deus Lopes Pereira (PS), Lucinda Maria Marques Jorge (PS) e António José Messias do Rosário Sebastião (PSD).-----

Da presente sessão constou a seguinte **ORDEM DO DIA:** -----

A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento;-----

A.1 - Intervenção dos Municípios;-----

A.2 - Esclarecimentos.-----

B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA :-----

B.1 – Ausências, Suspensões, Renúncias de mandatos e respetivo preenchimento de vagas; -----

B.2 – Votação da ata n.º 12, de 30 de junho de 2023 e da ata n.º 13, de 31 de julho de 2023 (quadriénio 2021/2025); -----

B.3 - Leitura de expediente; -----

B.4 – Intervenções. -----

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

C.1 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta que fixa as taxas anuais do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI);-----

C.2 - Apreciação e deliberação da Proposta que fixa a Taxa da DERRAMA; -----

C.3 - Apreciação e deliberação da Proposta que fixa a Taxa dos Direitos de Passagem; -----

C.4 - Apreciação e deliberação da Proposta inerente à participação variável do IRS;-----

C.5 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto (também Presidente de Junta) que em representação de todas as Juntas de Freguesia do Concelho de Almodôvar participará no XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----

C.6 – Conhecimento do Despacho n.º 102/2023 relativo à desativação do plano Municipal de Emergência e Proteção Civil;-----

C.7 – Conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação; -----

C.8 - Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento;-----

C.9 - Aprovação da ata em minuta. -----

ADITAMENTO À ORDEM DO DIA-----

C.10 – Apreciação e deliberação da proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal que solicita à Assembleia Municipal a alteração da assunção do compromisso plurianual resultante da aquisição de 2 prédios sítos na União de Freguesias de Almodôvar e Graça de Padrões. -----

Previamente ao início da sessão, o **Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:----

“É um prazer e uma enorme satisfação estar aqui hoje no Rosário, onde iremos realizar mais uma sessão descentralizada da Assembleia Municipal de Almodôvar, dando assim continuidade à realização destas sessões que já tínhamos iniciado no mandato anterior. ---

Quero desde já pedir desculpa se alguma coisa não correr de acordo com as vossas expetativas, porque por vezes as coisas poderão não correr tão bem como idealmente as imaginamos e desejamos.-----

Estas sessões descentralizadas da Assembleia Municipal, são, na minha opinião, a verdadeira forma, a forma genuína de aproximar os eleitos locais às populações que os elegeram. -----

Esta sessão, tal como todas as sessões da Assembleia Municipal, tem um período de intervenção dos munícipes, onde todos podem expor as suas ideias, colocar as suas dúvidas, manifestar as suas opiniões, pedir esclarecimentos e ser esclarecidos sobre assuntos do interesse municipal, de acordo com o art.º 39º, nº 1 do Regimento da Assembleia Municipal.-----

E dou esta informação porque é a primeira vez que vamos fazer uma sessão descentralizada aqui no Rosário, mas provavelmente não será muito diferente das sessões da Assembleia de Freguesia, onde os munícipes podem colocar as suas questões. -----

Posto isto, iremos dar início a mais uma sessão da Assembleia Municipal, e realço mais uma vez, a importância que nós lhe atribuímos, todos nós, por ser mais uma sessão descentralizada da Assembleia Municipal de Almodôvar.-----

Espero como sempre, e hoje muito em especial, que os trabalhos decorram da melhor forma possível, esse é o nosso dever, essa é a nossa obrigação. -----

CONTINUANDO, REFERIU QUE FOI ENVIADO UM ADITAMENTO À ORDEM DE TRABALHOS, QUE COMO É DO CONHECIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS SÃO ADMITIDOS NOS TERMOS DO REGIMENTO, E NESSA SEQUÊNCIA, SOLICITA AOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS QUE AUTORIZEM A COMUTAÇÃO DOS PONTOS DA ORDEM DO DIA, ISTO É, QUE O PONTO DO ADITAMENTO PASSE A SER O PONTO C.5 EM VEZ DO C.10 E TODOS OS OUTROS PONTOS, A PARTIR DAÍ, SUBAM NA SUA NUMERAÇÃO, PARA QUE POSSAMOS AGRUPAR TODOS OS PONTOS QUE IRÃO MERECER APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO POR PARTE DESTA ASSEMBLEIA. -----

A Assembleia em nada obistou. -----

Prosseguindo, deu início à Ordem de Trabalhos. -----

A – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO: -----

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento; a Assembleia fixou um período para intervenção do público, **que foi utilizado.** -----

O Presidente da Assembleia informou que embora nenhum munícipe se tenha inscrito nos termos regimentais, a mesa entende ter o dever de perguntar se, entre o público presente, há alguém que pretenda utilizar o período regimental de meia hora, a fim de colocar alguma questão. -----

Recorda, antes de pedir a palavra ao público, que as intervenções que aqui forem feitas pelos munícipes têm que ser exclusivamente de assuntos de interesse municipal, assuntos de interesse para a comunidade, em conformidade com o Regimento da Assembleia Municipal e no final das intervenções dos munícipes irá pedir ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos. Mas deve lembrar que no caso de não haver os elementos necessários para prestar os esclarecimentos solicitados, a resposta será sempre enviada por escrito à pessoa que pediu o esclarecimento, também de acordo com o Regimento. -----

Continuando, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Ivo Miguel Conceição Guerreiro que proferiu o seguinte: -----

A pergunta é, quando é que chega a fibra ótica à nossa freguesia? -----

A meio deste mês veio uma publicação de uma empresa a dizer que ia chegar à Aldeia dos Fernandes e Almodôvar, assim, pergunta porquê lá primeiro e não primeiro no Rosário e Almodôvar, ou primeiro no Rosário e Aldeia dos Fernandes. -----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Presidente da Câmara para esclarecer o munícipe. -----

O **Presidente da Câmara** começou por cumprimentar todos os presentes, em especial referiu que é com grande gratidão e também alegria que estão no Rosário a primeira vez, pelo menos desde que está à frente da Câmara Municipal, desde 2013, naturalmente é um motivo de orgulho e proximidade, no fundo é aquilo que fazem. -----

Respondendo diretamente à pergunta do Senhor Ivo, não sabe, é um assunto que não é controlado pela Câmara Municipal. Aliás, se fosse, deve dizer-lhe que já teríamos fibra em todo o concelho. As comunicações não são da competência da Câmara, apesar da Câmara, naturalmente, pressionar e estar permanentemente a tentar que o concelho fique o mais apetrechado, o mais bem equipado, o mais rápido possível em termos da rede móvel, em termos de internet, em termos de fibra ótica. A Câmara faz seu trabalho junto das entidades, mas não tem qualquer competência na matéria, nem tem voz ativa a não ser a pressão que faz, portanto, desconhecem quando é que vem. Sabem quando vão instalar as infraestruturas porque precisam da autorização da Câmara para fazer

essas obras, mas depois não sabem quando é que ligam, quando é que deixam de ligar porque, de facto, não nos dão “cavaco”, desculpem a linguagem que está a usar, relativamente à ligação ou à prioridade que dão. -----

Não faz sentido, está do vosso lado, não faz sentido termos localidades como o Monte dos Mestres, o Monte das Viúvas e outras localidades muito mis pequenas, com rede de fibra ótica disponível para trabalhar e uma aldeia como o Rosário, como a Aldeia dos Fernandes, como Santa Clara, não ter. Por acaso há pouco tempo falavam sobre isso, aldeias com muito mais população não estarem já ligadas. -----

Faz sentido é ter o concelho todo, porque uns não são mais que os outros, mas as escolhas foram para outros locais, não é da nossa competência, mas continuarão a pressionar para que o Rosário e outras aldeias sejam ligadas. -----

Pode comprometer-se pessoalmente com o Senhor Ivo, de já na segunda-feira ligar para a empresa e tentar perceber qual é o plano porque também desconhece completamente. Essa sua informação não era do seu conhecimento e nem de ninguém da Câmara Municipal, não sabem qual é o plano deles, nem se deviam ter vindo, nem quando é que vêm, mas pode tentar saber e compromete-se pessoalmente a informá-lo.

O **Presidente da Assembleia** referiu que espera que com os esclarecimentos do Senhor Presidente, o munícipe Ivo Guerreiro tivesse ficado devidamente esclarecido sobre a questão que colocou. -----

B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA : -----

B.1 - AUSÊNCIAS, SUSPENSÕES, RENÚNCIAS DE MANDATOS E RESPETIVO PREENCHIMENTO DE VAGAS: -----

AUSÊNCIA DE MANDATO E PREENCHIMENTO DA RESPETIVA VAGA:-----

Prosseguindo, informou que na sequência dos pedidos de ausência formulados pelos deputados Municipais, o Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Sr.ª da Graça de Padrões, Domingos Manuel Romba Guerreiro (PS), o Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Dário Martins Guerreiro (PS) e o Deputado Ruben Daniel Fernandes Guerreiro (PSD), durante esta sessão, foram os deputados suplentes, o Secretário da União de Freguesias de Almodôvar e Sr.ª da Graça de Padrões, Rui Manuel Cabrita Guerreiro (PS), a Secretária da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Palmira Mestre Cristina Guerreiro (PS) e o deputado suplente, Bernardo Pereira Delgado (PSD), quem aceitaram substituir. -----

Mais informou que as substituições se fizeram ao abrigo do n.º 1 do artigo 18.º do Regimento, à exceção da substituição do deputado Ruben Daniel Fernandes Guerreiro que se fez ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º do Regimento.-----

A Mesa justificou as respetivas faltas. -----

B.2 - VOTAÇÃO DA ATA N.º 12, DE 30 DE JUNHO DE 2023 E DA ATA N.º 13, DE 31 DE JULHO DE 2023 (QUADRIÉNIO 2021/2025); -----

VOTAÇÃO DA ATA N.º 12/2023 DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2023 (QUADRIÉNIO 2021/2025): -----

O **Presidente da Assembleia** antes de passar à votação desta ata quis fazer um pequeno esclarecimento que tem a ver com a página 301 do Livro de Atas que é o seguinte: -----

“Na reunião da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de junho/2023, durante a discussão do “Ponto C.2. - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Apoio Financeiro a atribuir à Freguesia do Rosário no âmbito da aquisição de bens – cobertura do palco do Centro Cultural do Rosário”, durante a minha intervenção por lapso referi, e passo a citar,

que “os senhores vereadores, em especial os vereadores da oposição ...”, quando devia ter referido “o vereador da oposição”. -----

Como é óbvio, ao proceder à correção da ata desde logo verifiquei e alterei esta situação na redação final da referida ata e, pelo facto, apresento as minhas desculpas, dado que não foi minha intenção ferir suscetibilidades ou atingir quem quer que seja, porque quem me conhece, **mas quem me conhece bem**, sabe que não é, nem nunca foi, a minha postura quer a nível pessoal quer a nível profissional, e muito menos enquanto Presidente desta Assembleia Municipal, com as atribuições e responsabilidades acrescidas inerentes a este honroso cargo que desempenho. -----

As minhas desculpas a quem se possa sentir atingido com este lapso.” -----

Proseguindo, o **Presidente da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 12 da sessão ordinária realizada no dia 30 de junho de 2023 (quadriénio de 2021/2025). -----

Para os fins previstos na alínea a) do artigo 40.º do Regimento e do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, foram remetidas, em anexo à ordem do dia, fotocópia da ata da referida sessão, a qual foi previamente lida pelos membros e submetidas à apreciação e votação. -----

Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a Ata n.º 12 da sessão ordinária de 30 de junho de 2023 (quadriénio de 2021/2025), tendo a Assembleia Municipal **deliberado, por unanimidade dos presentes, com 18 votos a favor (PS/PSD), aprovar a referida ata**, a qual foi homologada em minuta, com exceção das intervenções dos senhores deputados, sendo assinada pelo Senhor Presidente e por quem a lavrou. -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, o deputado Bernardo Pereira Delgado (PSD), o Secretário da União de Freguesias de Almodôvar e Sr.ª da Graça de Padrões, Rui Manuel Cabrita Guerreiro(PS) e a Secretária da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Palmira Mestre Cristina Guerreiro(PS), não participaram na aprovação da ata. -----

VOTAÇÃO DA ATA N.º 13/2023 DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 31 DE JULHO DE 2023 (QUADRIÉNIO 2021/2025): -----

O **Presidente da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 13 da sessão extraordinária realizada no dia 31 de julho de 2023 (quadriénio de 2021/2025). -----

Para os fins previstos na alínea a) do artigo 40.º do Regimento e do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, foram remetidas, em anexo à ordem do dia, fotocópia da ata da referida sessão, a qual foi previamente lida pelos membros e submetidas à apreciação e votação. -----

Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a Ata n.º 13 da sessão extraordinária de 31 de julho de 2023 (quadriénio de 2021/2025), tendo a Assembleia Municipal **deliberado, por unanimidade dos presentes, com 17 votos a favor (PS/PSD), aprovar a referida ata**, a qual foi homologada em minuta, com exceção das intervenções dos senhores deputados, sendo assinada pelo Senhor Presidente e por quem a lavrou. -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, os deputados Bernardo Pereira Delgado (PSD), Filipa Isabel Ribeiro de Sousa (PS), o Secretário da União de Freguesias de Almodôvar e Sr.ª da Graça de Padrões, Rui Manuel Cabrita Guerreiro(PS) e a Secretária da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Palmira Mestre Cristina Guerreiro(PS), não participaram na aprovação da ata. -----

B.3 - LEITURA DE EXPEDIENTE: -----

Sobre este Ponto, o **Presidente da Assembleia** referiu que do resumo que os senhores deputados receberam da correspondência recebida e expedida vai destacar apenas dois ofícios, que têm a ver com a questão que surgiu numa das sessões da Assembleia Municipal, mais concretamente na sessão de 28 de abril de 2023, a prepósito do relatório do ROC, da questão do draft ou do original e a questão dos prazos. -----

Continuando, leu na íntegra o ofício n.º 43, remetido pela Assembleia Municipal à empresa Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., bem como a resposta desta entidade enviada através do ofício datado de 15 de setembro de 2023, que fazem parte integrante do livro anexo às atas e dão-se aqui como totalmente reproduzidos.-----

Sublinhou que queria destacar este ponto, porque na altura da sessão gerou-se alguma celeuma, alguma divergência, relativamente à questão. -----

Mais referiu que sobre a correspondência recebida e expedida pela Assembleia Municipal desde a última sessão até à presente data, cuja relação foi enviada a todos os membros, está disponível para consulta nos serviços de apoio, caso assim o desejem. ----

B.4 - INTERVENÇÕES: -----

O **Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção inicial: --

Antes propriamente de entrarmos neste Ponto da Ordem de Trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal, gostaria de apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Exmo. Senhor José António de Assunção.-----

VOTO DE PESAR - FALECIMENTO DO EXMO. SENHOR JOSÉ ANTÓNIO DE ASSUNÇÃO: -----

Continuando, o **Presidente da Assembleia**, leu o seguinte voto de pesar: -----

*“A Assembleia Municipal de Almodôvar e a Câmara Municipal de Almodôvar, apresentam conjuntamente o presente Voto de Pesar pelo falecimento do **Senhor José António de Assunção**, também conhecido de todos nós como José Ameixinha ou Mestre Ameixinha. Nasceu em Almodôvar a 7 de Janeiro de 1928 e faleceu no passado dia 20 de Setembro, aos 95 anos de idade.* -----

Um excerto do livro “Artesãos e Artesanato do Concelho de Almodôvar”, mostra-nos um pouco da história de vida deste mestre sapateiro que não podíamos aqui deixar esquecido e que passamos a citar:-----

“Oriundo de família de sapateiros, logo em pequeno, ao sair da escola aprendeu o ofício de sapateiro para tentar garantir mais algum sustento e suporte familiar. -----

Viveu em Almodôvar até aos 26 anos, tendo decidido experimentar a sua sorte numa fábrica de calçado em Lisboa ao passar por uma das lojas da mesma fábrica, e onde acabar por trabalhar até se reformar, mas nunca deixando para trás a sua ligação à sua terra de origem. -----

Depois de reformado, começou a divulgar mais este ofício que via todos os dias sucumbir ao tempo por intermédio da Câmara de Almodôvar, a convite da Juventude Almodovarense, tendo participado pela primeira vez num certame, neste caso na Feira internacional de Lisboa em 1988. -----

Ao longo de todos estes anos, participou em inúmeras feiras de artesanato a nível nacional (como por exemplo, a feira de Artesanato de Vila do Conde, a Fatacil, o Festival Nacional de Gastronomia de Santarém, a Feira de Outubro de Vila Franca de Xira, muitas edições da Feira da Serra de S. Brás de Alportel, numa primeira fase sempre em representação da Juventude Almodovarense. -----

Esteve ainda integrado no programa do pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa - Programa de Artes e Ofícios de Lisboa, onde deu aulas de trabalhos manuais na

área da cordearia nas escolas de Alvalade, Arroios, Carnide, Lumiar, Belém, Restelo, Alcântara, Lapa, Chelas, e Marvila. Também deu lições de correaria a deficientes audiovisuais no Instituto Helen Keller. -----

Faz parte da secção de Artesanato da Juventude Almodovarense e até já fez uns sapatos à Embaixatriz de França” -----

Ainda ao longo da sua vida, o Mestre Ameixinha divulgou este ofício e o seu concelho de nascimento através da participação em inúmeros workshops, seminários, colóquios e fazia questão de estar presente em todos os momentos em que via uma oportunidade de mostrar a arte que está por detrás do ofício que aos poucos se vai desvanecendo em Almodôvar. -----

Não nos podemos esquecer que chegámos a ser a terra ao sul do País com a maior indústria de calçado manual e a terra do Distrito de Beja com maior número de sapateiros, eram mais de 60. -----

De referir que existiu em Almodôvar, o primeiro Sindicato Nacional de Sapateiros, fundado em 1942, o qual chegou a ter 200 associados, facto bem demonstrativo da importância que este ofício assumiu e que trouxe vários benefícios para os seus aderentes, embora às vezes funcionasse de forma pouco democrática, de acordo com os relatos dos sapateiros que participaram no projeto desenvolvido pela autarquia em 2013 intitulado “**Sapateiro, Memórias de um ofício**” e que visou aprofundar o conhecimento sobre este ofício e desenvolver Rotas e um produto turístico que pudessem torná-lo mais atrativo e conhecido do público em geral. -----

Desses momentos em que fomos tão grandes, guardam-se as memórias no Museu Severo Portela, que em 2012 teve um espaço reconvertido para acolher uma exposição dedicada a este ofício. -----

Hoje, mais uma página desta história se fecha e por isso, pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal, reunida a 22 de Setembro de 2023, delibere: -----

- Aprovar o presente “VOTO DE PESAR” pelo falecimento de José António Assunção “Mestre Ameixinha”; -----

- Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências; -----

- Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem. “-----

CONTINUANDO, PROPÔS QUE SE PRESTASSE UMA SINGELA HOMENAGEM FAZENDO-SE UM MINUTO DE SILÊNCIO EM SUA MEMÓRIA. -----

FEZ-SE UM MINUTO E SILÊNCIO-----

A Assembleia por **unanimidade, com 21 votos a favor** (PS/PSD), **deliberou:** -----

APROVAR o Voto de Pesar, em nome da Assembleia Municipal de Almodôvar e da Câmara Municipal de Almodôvar, na sequência do falecimento do Exmo. Senhor **José António de Assunção**, que será posteriormente remetido aos seus familiares, expressando, desta forma, as mais sentidas condolências.-----

Continuando, o **Presidente da Assembleia** referiu que depois de algum sentimento de pesar, é com enorme orgulho e especial satisfação que vai ler o voto de louvor, porque a pessoa que é visada neste voto de louvor é uma pessoa que conhece desde sempre, é uma pessoa que viu nascer, é uma pessoa que acompanhou desde a mais tenra idade, é uma pessoa que certamente merecerá de todos nós o nosso mais profundo reconhecimento. -----

VOTO DE LOUVOR AO EXMO. SENHOR HENRIQUE MADEIRA CASIMIRO: -----

Continuando, o **Presidente da Assembleia**, leu o seguinte voto de Louvor: -----

“**VOTO DE LOUVOR A HENRIQUE MADEIRA CASIMIRO**-----

O presente Voto de Louvor simboliza uma simples, mas sincera e sentida forma de homenagem, reconhecimento e congratulação do povo Almodovarense ao nosso atleta

Henrique Madeira Casimiro, pelo Excelente desempenho que revelou, pela raça que demonstrou e pelo querer que evidenciou, não só na 84ª edição da Volta a Portugal em bicicleta, mas também ao longo da sua já longa carreira, durante a qual tem promovido e honrado o bom nome das suas raízes, Corte Zorrinho, e do seu concelho, Almodôvar. -----

A Assembleia Municipal de Almodôvar e a Câmara Municipal de Almodôvar manifestam o seu muito OBRIGADO pelo enorme orgulho que o Henrique Casimiro nos fez sentir de termos um conterrâneo nosso na disputa acesa, até à última gota de suor, da principal prova de ciclismo do país e pelo sentimento e emoção indescritíveis de nos ter feito estar pregados aos televisores até ao último suspiro, tornando-nos, também a todos nós, grandes fãs do ciclismo. -----

A “raça e o querer” que demonstraste, o “antes quebrar que torcer” que evidenciaste, fizeram-nos sentir orgulhosos de nos podermos lisonjear que o Henrique Casimiro é um atleta do concelho de Almodôvar e para nós foste, e és, ESPECIAL. -----

Os Almodovarenses reconhecem-te o mérito que inegavelmente possuis e, desta forma simples e simbólica, retribuímos-te o enorme orgulho que nos fizeste sentir por seres “um dos nossos” e o quanto te admiramos e nos orgulhamos não só pela tua carreira, mas também pelo que és enquanto pessoa. -----

“Henrique Casimiro sempre foi e ainda é dos ciclistas mais adorados e dos melhores que há em Portugal, já tendo marcado o seu nome no ciclismo português.”, Fonte Wikipédia. -----

Obrigado Henrique, estamos muito orgulhosos de ti!-----

Face ao exposto, e reconhecendo o seu enorme mérito e contributo para elevar o bom nome do concelho de Almodôvar, a Assembleia Municipal de Almodôvar, reunida a 22 de setembro de 2023, aprovou por unanimidade a atribuição deste Voto de Louvor.” -----

PROSSEGUINDO PROPÔS UMA SALVA DE PALMAS PARA O HOMENAGEADO.-----

A Assembleia por **unanimidade, com 21 votos a favor** (PS/PSD), **deliberou:** -----

APROVAR o Voto de Louvor em apreço, sendo que depois de devidamente redigido e assinado deve ser entregue ao Senhor Henrique Casimiro, conjuntamente com uma placa alusiva a este reconhecimento.-----

Seguindo, abriu as inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os Senhores deputados João Guerreiro, Fernanda Guerreiro, Rui Cortes, Ana Guerreiro, Francisco Luz, Bernardo Delgado e Vítor Libânio.-----

De acordo com a ordem das inscrições, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado** João Guerreiro, que referiu o seguinte:-----

“Vou começar esta minha intervenção trazendo aqui de volta um tema com o qual chamei à atenção numa das últimas sessões da assembleia. O mesmo tem sido criticado pelos deputados municipais do PSD, designadamente, o parque empresarial de Gomes Aires. -----

Os porta-vozes do PSD têm vindo a acusar o atual executivo de não executar esta infraestrutura. Eu na qualidade de deputado municipal lembrei que este projeto foi bandeira eleitoral do Partido Social Democrata, que várias vezes anunciou e nunca em mais de 10 anos o executou. Depois disso, vieram os deputados do PSD rebater as minhas declarações alegando que este projeto nunca tinha sido bandeira eleitoral do PSD. Pois devo aqui reafirmar em prol da verdade que realmente este projeto foi uma das bandeiras da campanha do PSD em 2021/2025 assumindo o compromisso, e passo a citar o programa eleitoral deste partido, que tenho comigo, “continuação do projeto do parque empresarial de Gomes Aires”. E nunca sob a égide do PSD o parque empresarial saiu das promessas de campanha e foi sempre um projeto que nunca saiu do papel, mas ao contrário do que foi aqui afirmado ele foi mesmo prometido várias vezes. -----

Aproveito para acrescentar que caso esta infraestrutura tivesse sido executada pelo PSD na altura em que foi anunciado, o concelho teria aproveitado uma oportunidade

única para atrair empresas e investimentos, tendo em conta que na altura estava por concluir a área empresarial de Messines, onde vieram a proliferar empresas que poderiam ter vindo para o nosso concelho e tendo em conta na altura a conclusão do troço Castro Verde/A2 e que encurtou substancialmente as distâncias entre Almodôvar e o resto do país e veio facilitar todas as questões de transporte e logística.-----

Ao contrário do que o PSD fez, que nunca fez sair do papel, o atual executivo municipal já comprou o terreno para a instalação desta infraestrutura e pretende levar a cabo a sua instalação, no entanto, foi perdida a oportunidade em 2002. -----

É necessário contactar empresas e estudar possibilidades de implementação e apurar que empresas poderão vir realmente a instalar-se em Gomes Aires, por forma a não cair no erro de criar uma infraestrutura fantasma, um elefante branco, que venha depois também ser criticado pelo PSD. -----

Sabemos que nem tudo está bem, nem tudo está feito, mas tenho a certeza que o executivo municipal trabalha diariamente em prol do desenvolvimento do nosso concelho e do bem-estar de todos que nele vive, este será mais um projeto que será concluído da melhor forma possível. -----

Mudando de assunto, quero deixar um louvor à Assembleia Municipal de Almodôvar pela realização de mais uma sessão descentralizada, agora na freguesia do Rosário, porque estas sessões deslocadas da sede de concelho são o melhor exemplo da tentativa de aproximar cada vez mais, este que é o maior órgão político do concelho, da população em geral, ouvindo, sentindo as pessoas caso a caso, porta a porta, é esse o melhor caminho a seguir.-----

Para terminar, no âmbito do arranque de um novo ano letivo, quero também ressaltar a importante ação do município na atribuição de vários apoios às famílias na área da educação, seja no transporte escolar de alunos no ensino superior e equiparados, seja no apoio à aquisição de material escolar ou na oferta de manuais de atividades que possibilitam um acesso mais igualitário e um direito que deve ser de todos, a educação. -----

Uma palavra de apreço também para a Universidade Sénior de Almodôvar, que inclusivamente tem um polo em funcionamento aqui no Rosário, que prepara também o início do ano letivo e é um exemplo a seguir com o isolamento social e na procura do envelhecimento ativo da camada sénior do nosso concelho.” -----

Prosseguindo, foi dada a palavra à **deputada** Fernanda Guerreiro, que referiu o seguinte: -----

“Relativamente ao Sistema Educativo, importa referir o papel que a autarquia tem vindo a desempenhar na área da educação no nosso concelho, agora direcionado também para a vertente do ensino profissional, mais propriamente para os cursos profissionais de dupla certificação, como tem sido o caso do Curso de Higiene e Segurança no Trabalho e de Técnico de Gestão do Ambiente, no âmbito dos estágios profissionais. -----

A formação profissional é uma vertente em grande crescimento. São muitos os jovens que optam por uma modalidade de ensino onde se adquirem competências sociais, científicas e profissionais necessárias ao exercício de uma atividade profissional. -----

A autarquia criou, no ano letivo anterior, uma parceria muito importante, a qual permitiu que os alunos da escola secundária levassem a cabo os estágios profissionais destes dois cursos, a par de outras empresas do nosso concelho. -----

Houve, desde o início, disponibilidade e abertura para o desenvolvimento dos processos, agilizando todos os mecanismos que levaram à sua concretização, nomeadamente criando os locais para estágios, monitores das respetivas áreas dos cursos para acompanhar os alunos, marcação de reuniões e todos os procedimentos a desenvolver. -----

Foi um trabalho muito gratificante para os alunos, uma vez que lhe foi proporcionado contacto com o contexto real de trabalho. -----

Os resultados no final do ano/estágio foram muito bons. -----

Queremos aproveitar também a oportunidade para enaltecer o trabalho o acompanhamento e a forma como todo o executivo, monitores e outros funcionários da autarquia receberam os jovens nos seus locais de trabalho e lhes mostraram o funcionamento dos vários serviços. -----

Acrescenta-se ainda e porque vivemos numa sociedade que se pretende cada vez mais inclusiva, queremos referir que estiveram incluídos nestes estágios alunos ao abrigo da legislação Dec. Lei 54 de 6 de julho (Diploma sobre educação inclusiva) e que se vivenciou na prática uma verdadeira inclusão entre todos os atores intervenientes deste processo, onde não faltou a ajuda, a colaboração, cooperação. -----

Por último, tem chegado ao nosso conhecimento que muitos dos encarregados de educação e dos pais destes alunos ficaram muito satisfeitos pela colaboração e pela forma e acompanhamento que a autarquia proporcionou aos seus filhos neste processo. -----

Muito obrigado a todos que colaboraram neste projeto.” -----

Continuando, usou da palavra ao **deputado Rui Cortes**, que referiu o seguinte: ----

“A Bancada do Partido Socialista quer saudar vivamente a população do Rosário, com um cumprimento especial a todos os presentes, pelo ato de vivência democrática e participação cívica que demonstram ao estarem aqui hoje. -----

A cidadania quer-se participada e as instituições e órgãos que lhe estão inerentes devem e têm de servir as populações, informando e atendendo às suas necessidades. -----

Neste sentido congratulamo-nos com esta salutar iniciativa de descentralizar as assembleias municipais, agora no Rosário, antes em Santa Clara-a-Nova, neste mandato, e na Aldeia dos Fernandes no mandato anterior, altura em que a contingência do Covid interrompeu o périplo pelas freguesias. Um bem-haja a todos os membros desta assembleia, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Professor Francisco Abreu, pela promoção desta importante mostra de proximidade, rumo ao objetivo de passar por todos as freguesias do concelho. Portanto o objetivo é passar por todas as freguesias do concelho. -----

Lembrar que a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Almodôvar e Graça de Padrões, neste e no mandato anterior, tem tido esta preocupação de proximidade às populações, fazendo igualmente assembleias descentralizadas, pelo que cumprimento igualmente o Sr. Domingos Romba, Presidente dessa edilidade e membro desta assembleia municipal, que se encontra representado pelo secretário Rui Cabrita, que também cumprimento. -----

Aproveito para dar os parabéns ao Sr. Presidente da Junta de Freguesias do Rosário, caro Francisco da Luz, pelo trabalho que o executivo tem desenvolvido em prol da população da Freguesia, salientando a sua ação de preocupação e insistência para que a Câmara Municipal Almodôvar atenda às necessidades deste território e do bem-estar das suas populações, resultando numa conjugação de esforços para fazer mais e melhor. Fazer mais e melhor. -----

Neste centro democrático que é a Assembleia Municipal pretende-se ir ao encontro das necessidades e das expectativas dos munícipes do concelho de Almodôvar. -----

Almejamos a continuidade de um executivo forte, de uma governação eficaz e que resolva os intentos da população, precisamos de uma oposição forte e construtiva, pretende-se munícipes e fregueses interventivos e atentos, para que se faça a festa da democracia, com resultados práticos e evidentes para todos os moradores no vasto território concelhio. Portanto, contamos com todos, é muito importante a participação e demonstram-no hoje ao estarem aqui, esta conjugação de esforços. -----

A causa pública tem de prevalecer nos nossos objetivos. Precisamos e queremos uma terra com vida. -----

Viva a democracia, viva ao concelho de Almodôvar, viva a freguesia Rosário, com o contributo participativo de todos nós nas várias vertentes em que estamos e somos convidados a estar no nosso dia-a-dia. Não cabe só aos outros, cabe a todos nós. -----

Viva o Rosário.” -----

Ainda de acordo com a ordem das inscrições, o Presidente da Assembleia deu a palavra à **deputada Ana Guerreiro**, que cumprimentou todos os presentes e agradeceu ao público presente pela participação e por estarem aqui hoje, estando muito gratos por isso. -----

Em primeiro lugar quis manifestar a satisfação da bancada do PSD por estarem presentes nesta Assembleia Municipal que está a ser realizada nas instalações do Centro Cultural do Rosário, pois concordam plenamente com a descentralização das sessões deste órgão autárquico e da realização de sessões da Assembleia Municipal nas várias freguesias do nosso concelho. -----

As sessões da Assembleia Municipal são, como todos sabem, muito importantes para a tomada de decisões em várias áreas da governação autárquica e que são relevantes para a vida quotidiana de todos os municípios. Por exemplo, hoje vão aqui tratar de assuntos importantes como o pagamento do IMI, a taxa da Derrama, a taxa de IRS que mexe com a vida e o poder económico de todos nós e por isso estão cá hoje para debater isto tudo. -----

O estar mais perto de todos os nossos municípios é muito bom e fundamental para que todos estejam a par de tudo o que nós realizamos e decidimos, bem para que possam participar nestas sessões, dispondo as vossas preocupações e tentando até dar algumas ideias para a resolução dos problemas que afetam as pessoas e a vossa comunidade. -----

A freguesia do Rosário é uma freguesia muito importante do nosso concelho, é uma freguesia muito dinâmica em termos económicos e nos últimos censos nacionais, censos de 2021, foi das freguesias do nosso concelho em que o número de municípios menos decresceu, porque nós estamos a levar um grande abalo ao nível do decréscimo da população, houve apenas um decréscimo nesta freguesia de - 2,6%. Aliás, nos censos anteriores de 2011, a freguesia do Rosário teve um acréscimo de população de 0,3%. ----

Assim, podem referir que esta freguesia é dinâmica e tem havido investimento de carater público e principalmente privado em vários ramos, nomeadamente, no ramo alimentar, com empresas desse ramo como a salsicharia, as padarias e noutros ramos, também importantes, como na construção civil em que temos empresas de carpintaria, alumínio, mármore, fabrico de móveis, entre outras, que são importantíssimas para atrair pessoas para o nosso concelho, pois sem existir investimento em diferentes áreas não existe a criação de postos de trabalho, não há empregabilidade, as pessoas não vêm para cá e então como é que conseguimos se não temos aqui postos de trabalho? Como é que conseguimos aumentar o número de população, o número de municípios e lutar contra esta desertificação do nosso concelho e mais do interior do nosso país. -----

A sociedade civil do Rosário tem dado passos importantes na direção certa e nós estamos muito gratos, por isso, e por isso, queremos apresentar aqui esta parte que é importante evidenciar a dinâmica desta freguesia. -----

Neste pressuposto torna-se cada vez mais importante a criação de estruturas de base que possam dar resposta aos municípios e que atraiam pessoas para esta freguesia, por isso pensamos que seria importante a instalação de carater urgente da fibra ótica, como o município Ivo já referiu, ligando o Rosário ao mundo, pois torna-se cada vez mais importante para o trabalho das empresas e também das pessoas a nível individual ligar-se a este tipo de comunicações, pois é através das novas tecnologias que temos melhores resultados económicos para as empresas e podemos atrair mais pessoas para residirem no nosso concelho, uma vez que ultimamente o teletrabalho é algo que é uma realidade no nosso concelho e em todos os concelhos e até no nosso país. -----

Será que a Câmara para além de realizar pressão sobre estas empresas de telecomunicações não poderia fazer mais alguma coisa? -----

Para além desta medida também seria muito importante abordar e resolver a questão da habitação. Há mais de 10 anos foi comprado pela Câmara Municipal um terreno na zona norte da aldeia com o objetivo de realizar ali um loteamento de

iniciativa municipal para dar respostas a procuras existentes, proporcionando aos jovens e menos jovens a aquisição de lotes a preços controlados e à construção de habitações, fixando as pessoas e contribuindo para o crescimento e desenvolvimento desta freguesia. Este loteamento com alguma dimensão, cerca de 20 lotes, vinha na sequência de outros já anteriormente concretizados e que tiveram bastante procura aqui na aldeia. -----

O processo nesta altura, portanto há 10 anos atrás, estava bastante adiantado com um pré projeto já elaborado e lamentamos profundamente que passados 9 anos nada tenha sido feito. Com certeza que todos estamos de acordo em pensar que a construção de habitações numa freguesia é muito importante para fixar as pessoas e que contribuiria naturalmente para o desenvolvimento social e financeiro da mesma.-----

Pensa também, que a seguir iremos ouvir o Senhor Presidente da Câmara a dizer que agora é que é, prometendo que vai rapidamente fazer o loteamento, que não pôde ser antes por isto, por aquilo, há sempre contratempos. Bem, se isso acontecer que se faça, mais vale tarde do que nunca, no entanto, lembram que em 2020 fez uma promessa idêntica numa sessão da Assembleia Municipal realizada na Aldeia dos Fernandes relativa a um loteamento naquela freguesia e que até agora, já lá vão 3 anos e ainda não se fez nada, se calhar estamos com um processo lento. Esta situação até foi abordada por um ex-deputado da bancada do PS na última Assembleia Municipal, o ex-deputado senhor Luís Martins e que realmente ainda não se concretizou. Por isso dizem muito claramente comprometa-se Senhor Presidente e cumpra. -----

O **Presidente da Assembleia**, no uso da palavra referiu que não pode deixar de chamar a atenção do seguinte: -----

Sempre que se fala em criação de estruturas e sendo professor, não pode deixar de o ser, nunca deixará de o ser, quer lembrar a criação de uma estrutura muito importante aqui na Escola do 1.º Ciclo do Rosário, que foi a construção da cantina e que já entrou em funcionamento e o melhoramento que foi feito nos espaço escolar, que tem sido bastante do agrado, tendo ocasião de verificar isso mesmo, quer por parte dos professores, quer por parte dos alunos. -----

Continuando, solicitou ao Presidente da Câmara o favor de responder à senhora deputada Ana Guerreiro.-----

Dada a palavra ao **Presidente da Câmara** começou por dizer que a senhora deputada Ana Guerreiro tem toda a razão. Já devia ter sido feito, é verdade, aliás, já sabe o que vai dizer, portanto, quase que evitava o seu discurso agora, mas vai fazê-lo por uma questão de respeito institucional e para quem está aqui presente. -----

Nas nossas casas, no dia-a-dia, cada um de nós gere a sua casa à medida consoante a disponibilidade financeira e as prioridades que nós temos, às vezes acontecem e surgem na vida consoante os dias vão passando, os meses, a realidade, as necessidades que temos. -----

Isto para explicar o quê? De facto se nós não tivéssemos gasto 600 mil euros na remodelação de toda a Estrada Nacional 2 no Rosário, coisa que o seu partido não fez enquanto cá esteve, comprou o terreno e muito bem. Se não tivéssemos gasto 150 mil euros na Escola Primária do Rosário, 60 ou 70 mil euros nas Instalações Sanitárias, 30 mil euros na Máquina Multibanco, mais 30 ou 40 mil euros para arranjar os jardins, mais a pressão e o tempo gasto para resolver um problema que durante 15 anos afetou o Rosário que era a ETAR da Rua da Ribeira. Se não tivéssemos feito isso tudo teríamos feito dois loteamentos, mas as prioridades, o dia-a-dia de uma Câmara Municipal, onde o dinheiro não cai de árvore nenhuma, não temos lá um banco e vocês não vão lá depositar o dinheiro, nem o PSD, nem a CDU, nem o PS, ninguém vai lá depositar dinheiro, nós temos que encontrar a verba consoante o orçamento que temos, consoante os impostos que nós pagamos, consoante aquilo que são as receitas que vêm do Estado e às vezes têm que tomar prioridades consoante as necessidades que têm. Se

calhar é por isso que durante muitos anos o Rosário não viu uma única obra e agora a oposição do PSD, faz muito bem em pressionar para um loteamento, parece que não há mais nada no mundo senão o loteamento, mas o facto é que ele devia já estar feito, ninguém diz o contrário, só que entretanto houve outras obras mais prioritárias que tiveram que ser feitas. Também custava muito à população do Rosário andar numa Estrada Nacional sem ter um passeio para ir ao cemitério, para ir a um local qualquer que se deslocassem no Rosário, não podiam ir pela Estrada Nacional, hoje podem em segurança com os vossos filhos, com os vossos netos, com os vossos animais de estimação, podem passear ao logo do Rosário e de uma ponta à outra sem qualquer perigo. Podia ter sido feita por outro partido que estivesse no poder, foi feito pelos eleitos pelo Partido Socialista e com uma votação excepcional da aldeia do Rosário, excepcional, os primeiros 4 anos do mandato não fizemos nada, não houve tempo, não havia projetos preparados, não havia nada, os segundos 4 anos sim, fizemos o nosso trabalho, nos últimos dois estamos a fazer mais trabalho, ainda agora está em curso, terminou mesmo agora a obra na escola primária, uma obra necessária e estamos a executar, quase a terminar o acesso ao cemitério, a seguir virá este jardim que está aqui ao nosso lado, virá o alargamento daquilo que é a atual junta de freguesia, fechando a rua paralela que cruza do centro de saúde à outra rua que vai para baixo e entre outras obras que temos que fazer, mas o que é um facto é que o loteamento neste momento tem o projeto praticamente feito, é verdade e espera-se que se venha a fazer no próximo ano. -----

Não vai dizer à senhora deputada Ana, com o devido respeito que tem por ela e por todos os que aqui estão, oposição, pessoas sem referência política que vão fazer o mais depressa possível, vão fazê-lo logo que lhes seja possível. -----

Continuando, pela ordem de inscrição, tomou a palavra, **Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Senhor Francisco da Luz**, que referiu o seguinte:-----

Em representação da Junta de Freguesia não podia deixar de intervir de modo muito sintético e elogiar o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, bem como a colaboração que têm tido em todos os aspetos de gestão e necessidades. -----

Não lhe compete a si falar se foi muito feito agora durante os mandatos em que tem presidido na junta, ou noutras funções. O que lhe compete apreciar é se está a ser feito o que precisam, e por isso decidiu intervir, aproveitando estarmos todos no Rosário. Como sempre esteve ligado à Junta de Freguesia e sempre teve a postura de defender o Rosário e A-do-Neves, congratula o executivo da Câmara pelo apoio e pelas obras feitas nos últimos anos. -----

Não vai falar em demasia nos passeios pedonais e em toda a envolvente da Estrada Nacional 2, era preciso, foi feito. -----

Não vai falar no trabalho de pressão que foi feito para resolver o problema de maus cheiros da ETAR na rua da ribeira, era preciso, foi feito. -----

Também não vai falar nas casas de banho públicas nem de outras obras, mas não pode deixar de elogiar o que foi feito na Escola Primária, onde todos podem observar e finalmente os nossos filhos e filhas, netos e netas têm um lugar com condições para estudar, para aprenderem, para ter refeições e para se divertirem sem lama sem riscos de quedas. Um parque escolar que não podemos criticar que falta isto ou aquilo, podemos sempre dizer que falta muito ou o que foi feito não serviu, mas o que era preciso foi feito e não foi uma obra em vão, foi uma obra para dar condições àqueles que mais amamos, as nossas crianças. -----

E por essa razão a nossa Escola Primária ter sido das que arrancaram o ano escolar com melhores condições, nada se ouviu sobre isso, ainda bem porque se tivéssemos sido alvo de conversa seria certamente porque a escola estava em más condições. -----

Quer ainda realçar outras situações que o executivo da Câmara e Junta em conjunto conseguiram para o Rosário e não podem esquecer porque veio melhorar

significativamente a nossa qualidade de vida, fala, por exemplo, de ter um autocarro três vezes por semana para servir a nossa população.-----

Foi neste mandato, uma necessidade de muitos anos que foi finalmente resolvida, fala da cobertura para o palco que lhes foi oferecida pela Câmara Municipal, das ajudas financeiras quase a 100% no âmbito da Feira dos Enchidos para que possamos dar elogio ao povo do Rosário e A-Do-Neves, mesmo com um orçamento muito reduzido com que trabalhamos na junta, ajuda a manter as tradições, a juntar as famílias.-----

Fala no investimento que a Câmara fez para assegurar o multibanco no Rosário, que foram cerca de 25 mil euros para continuar a ter facilidade às nossas portas entre outros investimentos que os Rosairenses bem sabem. -----

Por fim quer lembrar a todos que enquanto Presidente da Junta não pode parar de solicitar o que têm falta e ainda falta o loteamento do Rosário, temos jovens a querer investir em casas e têm dificuldade de adquirir lotes, temos falta de ampliar as instalações da Junta para benefício das pessoas, fica esta chamada de atenção para o que ainda precisamos de fazer. -----

Deixo um abraço a todos e a todas, obrigado pelo apoio que nos têm dado. -----

Prosseguindo, foi dada a palavra ao **deputado Bernardo Delgado**, que começou por cumprimentar todos os presentes em especial aqueles que são do Rosário. -----

Permitam-lhe antes de mais uma nota para saudar esta iniciativa de retomar as Assembleias Municipais descentralizadas e dizer que não seja abandonada e que se venham a manter noutras localidades e noutros pontos do concelho, porque Almodôvar não é só Almodôvar. -----

Dito isto, referiu que na passada sessão da Assembleia Municipal, de 25 de novembro de 2022, teve a oportunidade de usar a palavra para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca do Conselho Municipal da Juventude e o porquê deste não existir, apesar de estar consagrado na Lei. O senhor Presidente garantiu a esta Assembleia que em 2023 não só promoveria a criação do dito Conselho Municipal da Juventude como criaria ainda um Gabinete Municipal Jovem, conforme consta na ata dessa sessão. Estando o ano 2023 quase a terminar, gostaria que o Senhor Presidente informasse a Assembleia sobre como estão a decorrer os trabalhos da Câmara nesse sentido, se está para breve este espaço de debate dedicado aos jovens, se é capaz de avançar com uma data e considerando que decorreu quase um ano se está em condições de disponibilizar a esta Assembleia um projeto de Regulamento.-----

Ainda nessa sessão da Assembleia Municipal de 25 de novembro de 2022, quando questionado a respeito deste assunto, disse referindo-se ao OPJ e passa a citar “*a execução do projeto que ganhou vai ter lugar este ano, vamos executá-lo durante o ano corrente*”, fim de citação, conforme consta em ata. Sendo o OPJ uma ferramenta que permite aos jovens ter uma voz ativa nas políticas da sua terra, esperamos que a execução deste OPJ não se alongue no tempo, considerando que já informou esta Assembleia de que só haverá um novo OPJ quando este estiver concluído. -----

Questiona ainda qual foi o destino final dado à verba que estava consagrada para este projeto, dado que este não foi executado. -----

De imediato foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, começou por agradecer ao colega político Bernardo.-----

Referiu que não vai responder de uma maneira cruel porque o Bernardo não merece, é um jovem na política e tem muito ainda para dar e espera que tenha muito sucesso, começa a gostar dele porque é muito incisivo. -----

A lei que define o Conselho Municipal da Juventude saiu em 2009 e de facto em 3 anos o PSD fez zero em relação a esse Conselho, também nos seus mandatos, em 10 anos pouco fez, mas estão em pé de igualdade, porque geralmente quando uma lei é publicada a tentação de qualquer município, de qualquer autarca, é aplicar a lei à sua maneira, é tentar encontrar soluções, não o fizemos. De facto não quer dizer que a culpa

não é sua, porque tudo aquilo que se passa na Câmara, para o bem ou para o mal, responde, não costuma incriminar ou deixar a culpa em cima de colaboradores, mas já devia estar feito. Infelizmente tivemos uma baixa médica numa das pessoas que estava a tratar desse processo, o processo está praticamente pronto para ser presente à Assembleia, mas nós desconhecemos o estado do mesmo, sem que a pessoa retorne ao seu posto de trabalho. Vai-se comprometer com o Bernardo e com os restantes membros e com as pessoas aqui presentes, que caso dentro deste próximo mês a pessoa em causa não esteja em condições de voltar a trabalhar, entregará o processo e eventualmente atrasa, porque já está atrasado, porque temos que o fazer. O custo de criar é quase zero, portanto, não está em causa um custo, está em causa uma norma e está em causa um trabalho que o nosso executivo tem feito em prol da juventude e têm sido muitos projetos. Não vamos falar deles agora aqui, porque de facto a questão do deputado não se virou para os projetos que foram feitos, mas não tendo o Conselho Municipal da Juventude criado, tem orgulho em ter muitos outros projetos onde os jovens do concelho de Almodôvar que foram incluídos, algo que lhes deu uma nova experiência, como teve oportunidade de dizer na última Assembleia, os jovens provaram o doce, gostaram e querem mais, ainda bem, estamos cá precisamente para dar mais dentro daquilo que é possível. Portanto, essa componente ficará tratada, pensa que em breve, já nos vamos atrasar na criação, vamos porque não vai ser possível ser presente em reunião de Câmara e Assembleia Municipal, mas tem uma razão que não vale a pena focar aqui e o único culpado da situação naturalmente que é ele, porque esperou tempo demais até entregar o projeto a outra pessoa, mas ainda vai esperar mais um bocadinho porque ele está praticamente pronto para ser presente aos órgãos. -

Relativamente às verbas daquilo que lhe falou do OPJ, comprometeu-se na última Assembleia que não iniciaria um novo OPJ sem ter executado as verbas aprovadas, que foram 50 mil euros do OPJ anterior. Confessa que não sabe se os 50 mil euros estão na rubrica correta do orçamento ou não, mas, como sabem, em termos internos, na Câmara Municipal fazem-se as alterações orçamentais quando são necessárias, mudam verba de uma rubrica para outra e mesmo que não esteja, quando se reunirem as condições de aplicar essa verba ela vai-se buscar a outra rubrica onde houver disponibilidade. Portanto, o facto de uma rubrica ter um início com X, o que interessa é como acaba, não é como começa e acaba executando. De facto ainda não foi executado por diversas razões, que também não vai enumerar aqui, mas que os jovens merecem aquela plataforma, aquela piscina flutuante que vocês pediram no Monte Clérigo, mas como sabem não tem sido um ano fácil, de seca, o acesso ao Monte Clérigo, a plataforma que tem de se criar para gerar a segurança, não tem sido fácil de conseguir em termos de projeto e não diz que o projeto foi o mais difícil que podia ser, que foi um projeto engraçado, e foi votado pelos jovens, todos merece que seja feito, mas não foi um projeto fácil para a Câmara, mas vão fazê-lo. -----

Usou da palavra o **deputado Vítor Libânio**, que iniciou por dizer que começou o ano letivo, sabemos que na Escola Secundária há algumas deficiências e também têm conhecimento de uma candidatura para a requalificação da mesma. A sua questão é em que situação se encontra essa candidatura para a requalificação e se entretanto já se fez alguma coisa ou está a pensar fazer alguma coisa para minimizar as deficiências. -----

Em resposta o **Presidente da Câmara**, começou por dizer que a Escola Secundária de Almodôvar, como todos sabem, esteve 30 anos praticamente ao abandono desde que foi construída nos anos 80, não se recorda quando é que abriu, nunca mais teve praticamente obras de remodelação ou de manutenção significativas. E porquê? A culpa não é da Câmara Municipal, atenção não está a dar culpas a quem esteve antes da Câmara, não é isso que está a dizer, não entendam nesse sentido. Porque a Escola estava entregue ao Governo e de facto ou não houve pressão da Escola, ou da Câmara, ou da

Junta, ou dos professores, ou dos alunos, não interessa, as coisas foram abandalhando um bocadinho na escola, naquela e em tantas outras escolas do país. -----

Há um momento em que o Governo convida a autarquia para ficar com a escola e aceitamos de braços abertos ficar com a Escola Secundária, por diversas razões, a primeira foi arranjar a escola porque no fundo são os nossos filhos e netos e netas que lá estão e ir para a escola com um cobertor debaixo do braço é uma coisa horrível nos dias de hoje, é horrível, ainda por cima quando os alunos e alunas saem de escolas primárias do concelho com perfeitas condições, geridas pela Câmara Municipal, e depois vão para uma Escola Secundária e encontram uma tristeza, desculpem a expressão. De facto há dois anos atrás a Câmara assumiu ficar com a Escola Secundária foi uma decisão pela qual responde, naturalmente que os vereadores que estão consigo concordaram, senão não teriam aceitado se não houvesse concordância, mas foi uma decisão difícil porque sabiam à partida que a escola precisava de 2 a 3 milhões de euros para reparação. Com o Covid, com a guerra da Ucrânia/Rússia etc., chegaram agora no final do ano passado, início deste ano, à conclusão que afinal não são 3 milhões, são 5 milhões e meio, não temos dinheiro para fazer a obra, não há possibilidade da Câmara Municipal com o seu próprio orçamento avançar. Fizemos uma candidatura que foi pré aceite, supostamente devia ter sido homologada ou decidida em fevereiro/ março deste ano que passou, por razões que irá já explicar a seguir, foi a explicação que lhe deram, portanto se estiver a mentir vende ao mesmo preço que comprou. Pelas razões que lhe disseram, a candidatura não foi aprovada e foi passada para junho, em junho foi passada para agosto e agora em agosto foi passada para 31 de outubro. -----

A candidatura está praticamente aprovada, o dinheiro vai ser nosso, acontece que o PRR, acho que vocês já ouviram falar no famoso PRR, na televisão, nos jornais, na rádio, está com dificuldades de execução. O dinheiro da escola vinha de um dinheiro que é atribuído à CCDR, portanto à Região do Alentejo, para ser gasto em projetos que as Câmaras Municipais apresentem para esse fim. Agora como o PRR está com uma execução muito baixa, não estão a gastar o dinheiro, decidiram que seria melhor, eventualmente, agarrar nestes projetos que já estão prontos e alocá-los aos PRR é o que aconteceu com a nossa escola. -----

O projeto está pronto, gastamos cerca de 150 mil euros num projeto, portanto não estamos a falar de coisinhas que custam pouco dinheiro, estamos a falar de uma grande responsabilidade e é um projeto que ronda os 5 milhões e 400 mil euros em obra, sabendo que há sempre derrapagens eventualmente deve chegar aos 5.5/ 5.6. -----

É para fazer, aquilo que mais lhe custaria era não começar ou ter a obra quase terminada até ao final do mandato que a população lhe deu e que acaba em outubro de 2025. Está a fazer de tudo, está a pressionar em todos os sentidos para conseguir ter esse apoio, mas quem manda no dinheiro não é o Presidente da Câmara, é o PRR e a CCDR e enquanto não aprovarem esta verba a Câmara não tem condições de disponibilizar 5 milhões e meio só para a escola. Significava que tínhamos de parar tudo: viaturas, emprego, tudo aquilo que a Câmara gasta e empregar o dinheiro só na escola. Não é que a escola não merecesse, é que depois a vida em Almodôvar se calhar não tinha o mesmo ritmo, nem seria igual, portanto vamos ter que ter um bocadinho de paciência. -----

Agradece a questão e a oportunidade que lhe deram de explicar em frente de toda a gente aqui presente, mas vamos ter que aguentar um bocadinho mais porque tem a certeza que vai ser aprovado, tem indicação nesse sentido, mas não tem lá a assinatura no papel e sem a assinatura não podem formalizar o lançamento da empreitada, portanto do projeto em si, nem pode ir para Tribunal de Contas, nem podem assinar contrato, não podem fazer nada e nem podem lançar a obra porque existe uma coisa que se chama a lei dos compromissos e sem ter o dinheirinho na conta ou alocado em termos de Câmara e Assembleia Municipal não podemos avançar de maneira nenhuma,

a não ser que dividíssemos a obra em 5 ou 6 fases e aí teríamos eventualmente dinheiro para fazer, coisa que não justifica ou tem lógica neste tipo de projetos integrados. -----

Esqueceu-se de dizer ao deputado Bernardo que a Câmara Municipal de Almodôvar este ano foi novamente contemplada com o selo da juventude, é importante o reconhecimento de uma entidade externa aos municípios que estão a fazer projetos e a trabalhar com os jovens diretamente e para benefício da nova geração. -----

Foi dada a palavra ao **deputado Pedro Franco**, que iniciou por dizer que é com muito gosto que vêm uma Assembleia Municipal tão cheia e a presença do público é mesmo muito, muito importante, pois o que estão todos aqui a fazer, estas discussões que estão todos aqui a ter é para o bem-estar da população e quanto mais assídua for a presença da população mais democrata, mais transparente, mais para vos servir serão todas estas assembleias. -----

Esta sua primeira intervenção foi inesperada, mas ficou um bocadinho surpreso pois o Senhor deputado João Guerreiro, pelo que percebeu do seu discurso, disse que a bancada do PSD negou o facto de o espaço empresarial de Gomes Aires ter feito parte dos seus compromissos eleitorais. Não foi isso que disse? Foi isso que percebeu. -----

Senhor deputado, na verdade aqui a ata diz precisamente, na intervenção da deputada Ana Guerreiro, diz “em primeiro lugar fez parte dos compromissos eleitorais do PSD o propósito de construir um espaço empresarial junto ao nó da A2”, nós assumimos isto e assumimos nesta mesma ata da última sessão que todos nós aprovamos. -----

E de facto foi isso que aconteceu, o PSD quis fazer este espaço empresarial de Gomes Aires, encontrou dificuldades que aqui foram explicadas e não conseguiu, não conseguiu mas não ficou parado, optou por uma solução alternativa, uma vez que o espaço, o núcleo empresarial de Almodôvar já estava construído, alargou o núcleo empresarial de Almodôvar, não ficou parado, não ficou com não sei quantos mil euros investidos num terreno que está parado. Portanto era isto que gostaria de ter feito, não vale a pena trazer aqui o panfleto que era uma promessa eleitoral porque nós assumimos com toda a frontalidade. -----

C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

C.1 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA QUE FIXA AS TAXAS ANUAIS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI):-----

O **Presidente da Assembleia** deu início a este ponto e lembrou que esta proposta é igual à do ano anterior e foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara. -----

Continuando, perguntou ao Presidente da Câmara se queria prestar algum esclarecimento antes de passar a palavra aos Senhores deputados. -----

O **Presidente da Câmara** começou por dizer que o IMI é uma receita bastante importante para a Câmara Municipal não obstante alguns dos prédios, algumas das casas não estarem totalmente valorizadas pelo valor de IMI, no entanto significa cerca de 60 mil euros de receita ao final de cada ano. -----

As pessoas podem dizer que pagam muito da casa, mas há pessoas que pagam muito mais, mas de facto somos uns privilegiados em relação a outros concelhos onde se paga muito mais, as casas valem mais porque estão junto do mar e as finanças têm um valor diferente, o que é o importante é que nós conseguimos pagar e não nos aflige e não nos afeta o orçamento familiar, isso é a parte mais importante, acha que isso tem sido uma mais-valia no concelho de Almodôvar. Nas aldeias paga-se menos, na vila paga-se mais, os terrenos valem mais, as casa valem mais, isso é uma consequência, é normal, mas o que é um facto é que a Câmara podia ter uma taxa muito superior àquela que tem, mas trabalhamos com as taxas mínimas possíveis dentro daquilo que a lei permite, trabalhamos com uma taxa de 0,3% e a proposta que vem aqui hoje é aproveitar todas

as vantagens que o Governo nos dá em termos de legislação, ou seja tributar com desconto os dependentes, a família com 1 dependente, tributar com desconto às famílias com 2 dependentes e tributar com desconto as famílias com 3 ou mais dependentes. Portanto, estamos a sugerir que seja 0,3% nos prédios normais, que sejam 30% de majoração sobre os 0,3% em casas degradadas que estejam naturalmente em situação de derrocada ou de abandono e estamos a sugerir que as famílias com 1 dependente tenham uma redução de 20 euros por ano, com 2 dependentes de 40 euros e com 3 ou mais dependentes de 70 euros por ano. Portanto estamos a aplicar os descontos máximos e estamos a aplicar a taxa mínima possível por lei para este pagamento. A Câmara neste aspeto está a fazer aquilo que pode, a contribuir como pode para minorar aquilo que cada um de nós paga em IMI, de maneira que espera que esta Assembleia aprove a proposta da Câmara, tem sido uma proposta igual nos últimos anos e naturalmente daqui só para subir, para descer não conseguimos porque não temos como, a lei não permite. -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, não se tendo registado nenhuma inscrição. -----

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a Proposta n.º 140/2023 à votação, tendo a Assembleia **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS/PSD), **deliberado**: -----

1.º - Aprovar ao abrigo do n.º 5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua atual redação, **0,3 % para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI**, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março e demais alterações legislativas introduzidas; -----

2.º - Nos termos e para os efeitos do n.º 8 do artigo 112.º do mesmo diploma, **fixar a majoração de 30% da taxa aplicável a prédios urbanos degradados**, pretendendo-se, assim, estimular os respetivos proprietários a realizar as necessárias obras de segurança e salubridade; -----

3.º - Nos termos e para os efeitos do artigo 112.º-A do mesmo diploma **reduzir a taxa do IMI para as famílias com dependentes**, que, nos termos do artigo 13.º do código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeita, nos termos seguintes: -----

Redução de €20,00, para 1 dependente a cargo; -----

Redução de €40,00, para 2 dependentes a cargo; -----

Redução de €70,00, para 3 ou mais dependentes a cargo. -----

C.2 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA QUE FIXA A TAXA DA DERRAMA: -----

O **Presidente da Assembleia** deu início a este ponto e de igual forma informou que esta proposta é igual à do ano anterior e também foi aprovada por unanimidade na reunião de Câmara. -----

Questionou o Presidente da Câmara se queria prestar algum esclarecimento? -----

O **Presidente da Câmara** começou por dizer que irá usar a mesma psicologia que a Senhora deputada Ana usou há pouco consigo, vai simplesmente dizer que vai existir uma proposta do PSD a dizer que o Senhor Presidente da Câmara devia baixar a derrama, que de facto puxava mais empresas, que de facto era melhor para os cidadãos de Almodôvar darmos este contributo, pronto esse tipo de coisas. -----

O Presidente não vai dizer nada disso, vai simplesmente dizer que a derrama está em valores que acham aceitáveis, comparando com todos os municípios do Distrito de Beja. A Câmara de Almodôvar é das melhores em termos de derrama, somos aqueles

que estamos nos níveis normais, abaixo de outras Câmaras, acima de outras também, mas nos níveis normais estamos a estimular com esta proposta pequenas e médias empresas que se possam sediar o concelho de Almodôvar, estamos a pedir o contributo daquelas empresas que têm um maior lucro para nos pagarem. A proposta que estamos a fazer é colocar 1,5% do lucro tributável sobre as empresas que têm esse lucro, para que esse dinheiro venha para a Câmara e isentar, colocar a zero todos aqueles que não atingem os 150 mil euros de tributação. No fundo sabe que também podem dizer que há uma decalage tão grande entre os zero e os 150 mil, é verdade, é que hoje em dia nem todas as empresas faturam 150 mil euros em termos de renda coletável, não é fácil, mas as empresas que o fazem podem perfeitamente pagar 1,5%, que é o que acontece em praticamente em todos os municípios e essa receita não sendo uma fortuna é também importante para a Câmara Municipal e é importante para todos porque é com esse dinheiro que a Câmara apoia os estudantes, que faz estradas, que melhora as vias, que tem condições, que dão emprego às pessoas, que geram empregabilidade e tudo isso é importante, todas as pequenas receitas são importantes. Podem fazer a proposta que acharem conveniente, a Câmara Municipal não retira esta proposta da mesa, a não ser que o Senhor Presidente da Mesa lhe peça e, mesmo assim, terá que ser muito bem fundamentada, porque é a proposta que lhes parece mais válida, mais lógica e que não afeta nem aflige nem os pequenos nem os grandes, claro que há aqui um espaço no meio onde podíamos ter uma taxa intermédia, é verdade, mas para quê complicar. -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se registado a inscrição do deputado Vítor Libânio. -----

Usando a palavra, o **deputado Vítor Libânio** começou por referir que o Senhor Presidente não se enganou em tudo e para seu conhecimento informa que irão votar a proposta favorável como já o fizeram noutras ocasiões, mas também consideram que a Câmara deveria estudar a maneira de ser mais seletiva, utilizando outros meios que não fosse os 150 mil euros, porque hoje se calhar uma empresa média e até algumas pequenas empresas com alguma facilidade atingem esse valor, os 150 mil euros de negócio tributável. -----

A sua bancada é da opinião que se deveria utilizar o CAE ou o número de contribuinte até a criação ou manutenção de postos de trabalho, pensam que seria uma boa ferramenta que a Câmara podia utilizar para atrair investimento. -----

Disse tudo, não vale a pena dizer mais nada. -----

Continuando, usou da palavra, o **Presente da Câmara** que começou por referir que o senhor deputado o surpreendeu de tal maneira, ao dizer que iriam votar favoravelmente, que até lhe vai dar um dado que ele não conhece. -----

As empresas que de facto pagam derrama no concelho de Almodôvar são poucas. Por uma questão de proteção de dados não pode dizer quais são as empresas, porque ficava mal, não obstante ter esse conhecimento, mas dará um dado muito importante, o ano passado quando a Somincor não investiu nada no projeto do zinco, a Câmara recebemos 422 mil euros de derrama, este ano, a Somincor investiu quase 5 milhões de euros e a nossa Câmara recebeu, até ao momento, 79 mil euros. Portanto, isto para justificar que esta percentagem de 1,5% afeta muito pouca gente, mas afeta aqueles que têm dinheiro para pagar e sendo que a empresa que é mais importante para todos nós, tomara que fique cá muitos e muitos anos, senão o concelho ficará diferente com certeza, que mais beneficia esta derrama é aquela que de facto nos deu a receita no ano passado e em anos anteriores e sem essa empresa o resto, 70 ou 80 mil euros fazem um jeitão, mas dividindo pela quantidade de empresas que pagam derrama em Almodôvar são cerca de 20, dá 5 a 6 mil euros em média cada uma, portanto, não é significativo mas agradece a proposta do PSD. -----

Findas as intervenções, o Presidente da Assembleia colocou à votação, a Proposta n.º 139/2023, tendo a Assembleia, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS/PSD), **deliberado:** -----

1.º - Aprovar o lançamento, em 2024, de uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento do imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC) aos sujeitos passivos que apresentem um volume de negócios superior a €150.000,00; -----

2.º - Aprovar a isenção da Derrama em 2024 que incidiria sobre o lucro tributável sujeito e não isento do imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC) aos sujeitos passivos **cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os €150.000,00.**-----

C.3 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA QUE FIXA A TAXA DOS DIREITOS DE PASSAGEM:-----

O **Presidente da Assembleia** deu início a este ponto e referiu que esta proposta por norma costuma ser consensual, tem sido sempre consensual e também é igual à do ano passado e também foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara. -----

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia esclarecer os munícipes do que é que se trata esta taxa. -----

O **Presidente da Câmara** começou por explicar que os direitos de passagem é uma taxa que nós recebemos da Autoridade Nacional de Comunicações, significa cerca de 2 mil euros por ano, não é nada. É um direito que a Câmara Municipal tem, que cada companhia que trabalha no concelho de Almodôvar, que passa cabos debaixo do chão nos paga uma percentagem ínfima daquilo que cobra e somos todos nós que pagamos. Se repararem no recibo da MEO ou outra empresa qualquer aparece lá uns cêntimos, não sabe bem o valor para a Câmara Municipal e isto tudo junto dá cerca de 1.800 euros, mas o que é um facto é que temos que cobrar isto, faz parte da lei. -----

O que é de facto curioso é que há bocadinho o Senhor Vereador João Pereira partilhou consigo, porque desconhecia, que vão ter uma reunião precisamente com uma destas empresas para a fibra chegar ao Rosário e quando ela devia ser gratuita para cá chegar, estão a exigir o pagamento de cerca de 80 mil euros para o fazer e esta taxa era precisamente que eles cobram para servir isso, mas havemos de reunir com a empresa a ver o que podemos fazer, porque acha que é um direito de todos nós ter cá a fibra. Desculpem voltar ao assunto mas foi só para explicar aqui esta taxa que está relacionada com esse assunto e que no fundo não é cumprida por a entidade reguladora, quando o devia ser. -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, não se tendo registado nenhuma inscrição. -----

Proseguindo, o Presidente da Assembleia colocou à votação, a Proposta n.º 137/2023, tendo a Assembleia, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS/PSD), **deliberado:** -----

Aprovar, nos termos do disposto alínea b) do n.º 1, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e na alínea o), do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação, **o percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano de 2024** às empresas que desenvolvam a sua atividade no âmbito das redes e serviço de comunicações eletrónicas, bem como de serviços conexos, na área do Município. -----

C.4 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA INERENTE À PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS:-----

O Presidente da Assembleia aclarou que esta proposta que agora nos chega à Assembleia é também igual à do ano passado e esta percentagem já tem vindo a ser aplicada desde 2020. -----

Antes de dar a palavra ao Presidente da Câmara e aos Deputados Municipais sobre esta matéria, crê que é importante referir que esta proposta de devolução de 1% aos contribuintes do concelho de Almodôvar é igual ao que foi proposto no ano passado e que tem vindo a ser aplicada desde há alguns anos a esta parte, tal como referiu desde 2020.-----

Estes são valores que este Executivo Camarário, por norma, tem optado por não devolver na totalidade aos contribuintes, arrecadando esta verba tão importante e necessária para aplicar essencialmente em atividades e programas de âmbito social. ----

Feitas estas considerações, irá dar a palavra ao Presidente da Câmara para se pronunciar sobre esta matéria, ou reservar a sua intervenção para algum esclarecimento que os senhores deputados municipais lhe queiram colocar. -----

O Presidente da Câmara começou por dizer que chegamos aqui ao ponto principal da nossa discussão, não obstante de todos os outros serem também importantes, mas de facto o PS e o PSD divergem aqui nesta questão do IRS. Podia tentar explicar porque é que divergem, de uma maneira geral sendo que o PSD está na oposição naturalmente que utiliza as ferramentas necessárias para contrariar ou para aproveitar onde pode aquilo que são as falhas do PS, mas também aquilo que é lógico que se possa mudar e o IRS é uma das taxas que podemos mudar.-----

Se estivesse na oposição a primeira coisa que faria era dizer que não queria cobrar taxa nenhuma aos municípios só para lhes agradar, se estivesse na oposição, como não está, e como tem muitos projetos para fazer entre eles aqueles que já foram aqui mencionados e outros de outras freguesias, porque uma Câmara não trabalha só para uma freguesia, apesar de hoje estarmos no Rosário, não vai ser hipócrita, naturalmente e dizer que o dinheiro do IRS, o dinheiro da Derrama, o dinheiro do FEF o dinheiro seja do que for é para investir no Rosário, é para investir no concelho de Almodôvar onde o Rosário também faz parte e isso vai para as obras da Câmara. Com uma ou outra exceção que não temos conseguido executar projetos, o concelho tem tido obras em todo o lado onde elas são necessárias. Não vão partir o que outros fizeram, bem feito ou menos bem feito ou mal feito, está feito está feito, mas vão fazer aquilo que é necessário ainda ser feito. -----

Esta verba de IRS significa que 5% daquilo que todos pagamos pode vir para a Câmara Municipal, a lei permite 5%. Podemos tirar 0,5%, 1%, 4% ou podemos abdicar da verba. Irá dizer-nos quanto é que é a verba para ter lógica a sua decisão de propor a manutenção de 4%. A Câmara recebe em média, por ano, deste imposto cerca de trezentos mil euros, depende do ano, depende do que nós pagamos, depende de todos nós, mas ronda os 300 mil euros. Se dividirmos os 300 mil euros por 5 dará 5x6 trinta. -

Ora bem, a questão que se coloca é muito simples, 300 mil euros a dividir por 5% dá 60 mil euros cada 1% (5x6=30). Quando tiramos 1%, há dois ou três anos atrás, abdicamos de 60%, achamos que era o nosso contributo para a população porque se olharmos para a população de Almodôvar temos entre 2.500 a 2.700 pessoas ativas a contribuir para a economia, o que significa que cada um de nós em média paga 100, 110, 90, 120 euros deste contributo, não é de IRS, é aquilo que vocês pagam e depois vem para nós. Ao abdicar de 1% significa que estamos a abdicar cerca de 20 euros, não é nada, mas os outros 80 que vocês pagam faz uma grande diferença, não faz para vocês porque ao pagarem IRS de mil euros, mil e quinhentos euros, 800, 900 ou receberem das finanças a diferença é pouca, mas para nós ainda significa 250 mil euros e é com esses 250 mil euros que nós pagamos o transporte aos vossos filhos para irem para a universidade, aos vossos netos quando nascem, os medicamentos que vocês vão buscar à farmácia, que nós arranjam as estradas, é com esse dinheiro e com o outro também, mas é também com este dinheiro e olhem que as verbas do Estado para as Câmaras

Municipais, pelo menos para a de Almodôvar, tem vindo a descer no último ano e nós precisamos mesmo dessas verbas para continuar a ter um concelho agradável com condições de vida, com boas estradas, com uma área social. A outra grande diferença entre o PS e outros Partidos é que o PS tem uma área social extremamente forte em todos os concelhos onde está, há até quem diga que é demais, nós achamos que é trabalhar para as pessoas e com as pessoas e por isso continuam e a sua proposta é manter os 4%, abdicamos de 1% que é o nosso contributo para que vocês paguem menos um bocadinho, ninguém nota, ninguém notou a diferença entre 2019 e 2020 quando abolimos esta taxa de 1%, mas para nós os outros 4%, garante-vos, são muito muito importantes. -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se registado as inscrições dos deputados Bernardo Delgado e Fernanda Guerreiro. -----

Pela ordem de inscrição, tomou a palavra, o **deputado Bernardo Delgado**, que referiu que à semelhança do que foi proposto em reunião de Câmara pelo vereador do PSD e tem vindo a ser debatido ao longo dos últimos anos nestas assembleias, o PSD não se conforma, e não se conforma mesmo, com a mera devolução de 1% de IRS aos almodovarenses, porque é importante que as pessoas saibam, e o Senhor Presidente explicou e com certeza tem também a noção que nem todos têm conhecimento disto, que os municípios dispõem da faculdade de devolver até 5% de IRS pago pelos seus municípios a estes, tendo o município escolhido devolver apenas 1% nos últimos anos. --

Como referido pelo Senhor Presidente, estamos a falar de um montante de cerca de 300 mil euros que poderiam estar nos bolsos dos almodovarenses e que muita falta fazem de certeza nestes tempos difíceis que se fazem sentir com o aumento da inflação, das taxas de juros do crédito da habitação, esta poderia ser uma ajuda valiosa aos municípios, mas em vez disso este executivo escolhe ficar com o dinheiro para si, talvez não ache que os cidadãos sejam capazes de decidir o seu próprio destino, porque havendo mais disponibilidade financeira haveria também mais consumo, sendo esta uma forma indireta de ajudar também o comércio local, as padarias, mercearias, oficinas, restaurantes que lutam diariamente para se manter a fluir. -----

Verificamos uma total intransigência por parte da Câmara Municipal, que mesmo não devolvendo os 5% poderia optar por devolver 3 a 4%, mas nem isso acontece. -----

De nada adianta referir que este é um valor diminuto ou de pouca importância que nenhuma falta faz. Assim, ainda que sem maioria, o PSD vota contra este ponto e coloca-se novamente ao lado do cidadão, mais uma vez instrumentalizado pelo Partido Socialista, que se não devolve este rendimento aos almodovarenses é pura e simplesmente porque não quer. -----

Usando a palavra, o **Presidente da Assembleia** disse que a propósito desta grande divergência, desta polémica que existe em torno da devolução ou não devolução dos 5% do IRS, vai recordar o historial desta taxa. -----

Esta participação da variável do IRS foi uma lei que entrou em vigor em setembro de 2013 e os valores aprovados foram o seguinte: em 2013, 2015 e 2016 a Câmara optou por arrecadar a totalidade da verba, os 5%, e foi votado por unanimidade por todos os partidos que faziam parte da Assembleia Municipal, recorda, IPA, PS, PSD. -----

Em 2014 também foram os mesmos 5% e houve uma votação por maioria com 20 votos a favor do IPA, PS, PSD e uma abstenção de um deputado do P.S.. -----

Entretanto, em 2017, 2018 e 2019, ainda com os 5%, foi aprovado com 17 votos a favor do PS e 4 votos contra do PSD. Nos anos 2020, 2021 e 2022 foi aprovado com 17 votos a favor do PS e 4 votos contra do PSD, mas agora com os 4%. -----

Isto foi apenas para informar o público aqui presente, para terem noção do historial desta taxa, como é que tem variado ao longo dos anos. -----

Prosseguindo, usou da palavra a **deputada Fernanda Guerreiro**, que referiu o seguinte: -----

De acordo com a legislação em vigor, todos os anos os municípios têm direito a uma participação variável até 5% do IRS dos seus municípios, relativo ao rendimento do ano imediatamente anterior. -----

No caso particular da nossa autarquia, à semelhança daquilo que tem vindo a ser realizado nos anos anteriores, a proposta é a de continuar a participação do imposto sobre o rendimento dos sujeitos passivos em 4%, uma vez que este valor continua a ter um peso muito significativo no equilíbrio orçamental do nosso Município. -----

Realça-se que esta percentagem tem proporcionado e potencializado uma diferença positiva nos apoios e nos projetos que a autarquia tem vindo a desenvolver em várias áreas, nomeadamente nas áreas da ação social e da educação. -----

Cada vez mais a área da educação tem grande peso em termos orçamentais, já que é considerada uma das áreas prioritárias pela importância que o ensino e a educação representam na nossa sociedade, pois contribui significativamente para a igualdade de oportunidades e para a valorização das crianças e dos jovens, estes os homens de amanhã, e também na área social, face às dificuldades que muitas famílias mais desfavorecidas estão a atravessar com o aumento do custo de vida e onde o Município também aqui se confronta com a obrigação de intervir. -----

A autarquia reconhece realmente que a educação é de facto o pilar do nosso desenvolvimento, tanto ao nível da região como do nosso próprio município e, paralelamente, que não poderá deixar de minimizar as dificuldades financeiras que algumas famílias mais desfavorecidas atravessam, face ao presente contexto económico. Assim, tem desenvolvido e continuará a desenvolver um conjunto de medidas, programas e estratégias nestas áreas, alicerçadas sobretudo na promoção e na inovação do sucesso educacional e do bem-estar da comunidade ao nível social. -----

Existem outras áreas que não podem descorar, nas quais o Município também tem obrigatoriamente de intervir, designadamente onde são necessárias verbas para outras situações de grande relevância como são as novas infraestruturas e a conservação das existentes. -----

Neste âmbito, em termos mais específicos podemos realçar que as verbas em causa irão reforçar a intervenção de ação imediata, promovendo o acesso a recursos de qualidade e que irão criar condições para a nossa sociedade, contribuindo para melhores oportunidades independentemente da sua condição social ou económica, fazendo jus aos princípios da igualdade e da equidade social. -----

Posto isto, não podemos esquecer também toda a envolvência dos encargos que passaram a ser suportados pelo município no âmbito da delegação de competências na área da educação. -----

Resta-nos referir que o executivo continua mesmo assim a restituir 1% da taxa variável do IRS aos municípios, o que continua a demonstrar o esforço e sensibilidade relativamente à intenção da descida.” -----

Concluídas as intervenções, o Presidente da Assembleia colocou à votação, Proposta n.º 138/2023, tendo a Assembleia, **por maioria**, com 17 votos a favor (PS) e 4 votos contra (PSD), **deliberado**: -----

Aprovar, nos termos da alínea b) do n.º 1, do artigo 25º do mesmo Regime Jurídico das Autarquias Locais, a percentagem de 4% de participação no Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, para o ano de 2024 nos termos do n.º 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, atualizada. -----

C.5 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL QUE SOLICITA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A ALTERAÇÃO DA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RESULTANTE DA AQUISIÇÃO DE 2

PRÉDIOS SITOS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALMODÔVAR E GRAÇA DE PADRÕES:-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu este ponto e quis recordar que quer a proposta anterior quer esta alteração foram aprovadas por unanimidade na reunião de Câmara.-----

Continuando, solicitou ao Presidente da Câmara que esclarecesse os munícipes do que é que se trata esta matéria. -----

O **Presidente da Câmara** disse que isto advém de um pedido, ainda que informal, da proprietária a quem nós adquirimos uma propriedade, umas casas velhas. Para dizer mais concretamente, vamos adquirir, fizemos a abordagem nesse sentido. Existe uma vontade da pessoa em formalizar desde já, por razões pessoais e outras que não invocou, desde já algum capital. Nós tínhamos aprovado comprar estas casas em dois anos consecutivos, com um contrato de promessa de 10 mil euros e mais 120 mil no ano de 2023 e mais 120 mil no ano 2024. -----

Fomos abordados novamente por a pessoa a invocar algumas razões para pedir 50 mil de entrada, portanto no contrato de promessa e o restante até ao final do primeiro trimestre de 2024. -----

Para nós Câmara Municipal não há qualquer inconveniente, precisamos de facto de formalizar a escritura, estamos em condições de o fazer a qualquer momento, a pessoa não quer e explicou naturalmente porquê, claro que a Câmara aprovou sem qualquer problema, mas como tem aqui um carácter plurianual e como passa dos 200 mil euros tem que vir à Assembleia Municipal. -----

Está a falar de um prédio que a Câmara vai adquirir, que é o prédio junto à GNR, portanto todo aquele prédio que nós vulgarmente conhecemos pela casa da D. Aldinha, que é entre as oficinas da Câmara e a GNR e onde está a residência de estudantes, todo aquele prédio vai ser adquirido se tudo correr bem, se não houver arrependimentos, para construir depois ali alguma coisa que beneficie mais uma vez a população, mas neste momento o que está em causa é uma alteração no projeto de aquisição nas normas que foram contratualizadas e que agora vão ser mudadas e tem que vir à Assembleia Municipal para aprovar essa alteração. -----

Portanto, 50 mil euros de sinal e 200 mil euros até ao primeiro trimestre de 2024 é o valor total da compra, são 250 mil euros. Acho que não é uma má compra para a Câmara, tendo em conta o tamanho, a localização e aquilo que se pode fazer naquela quantidade de casas que estão ali, naquele bloco inteiro que será totalmente da Câmara Municipal, sendo que já temos uma parte e a residência também já é nossa, foi adquirida via entrega de competências do governo à Câmara.-----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, não se tendo registado inscrições. -----

Continuando, o Presidente da Assembleia colocou a **Proposta n.º 144/2023** à votação, tendo a Assembleia, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS/PSD), **deliberado**: --- **Autorizar a assunção** de compromisso plurianual e consequente repartição de encargos, nos termos da Artigo 6.º n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, para os anos de 2023 e 2024, **nos seguintes termos**: -----

- **Que 50.000,00 €** sejam pagos a título de sinal ainda em 2023, no momento da **celebração do contrato promessa de compra e venda**, e o remanescente do preço, **200.000,00 €**, seja liquidado no **ato da escritura de compra e venda**, a realizar até ao final do 1º trimestre de 2024. -----

C.6 - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SEU SUBSTITUTO (TAMBÉM PRESIDENTE DE JUNTA) QUE EM REPRESENTAÇÃO DE TODAS AS JUNTAS

DE FREGUESIA DO CONCELHO DE ALMODÔVAR PARTICIPARÁ NO XXVI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES; -----

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu conhecimento da comunicação da Associação Nacional Municípios Portugueses para o seu XXVI Congresso, que irá decorrer no Seixal, no Pavilhão Cidade de Amor, no próximo dia 30 de setembro de 2023.-----

Mais referiu, que este é um congresso que decorre de 2 em 2 anos.-----

Prosseguindo, explicou que depois de falar com os Presidentes de Junta e das Uniões de Freguesia, e por uma questão de rotatividade, foi decidido por consenso indicar o Presidente da Junta de Freguesia de S. Barnabé, Senhor António Manuel da Silva Amaro, como congressista ao XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Senhor Eduardo José Dias Gonçalves como suplente, em representação das Freguesias e Uniões de Freguesias do concelho de Almodôvar.-----

Continuando, questionou se os Senhores deputados municipais do PSD querem apresentar mais alguma lista.-----

Não tendo sido apresentadas mais listas, o **Presidente da Assembleia** esclareceu que deveriam votar **SIM** ou **NÃO** na lista única apresentada pelo Partido Socialista.-----

Enquanto decorreu a votação o **Presidente da Assembleia**, aproveitou para esclarecer os senhores munícipes, uma vez que não é habitual este tipo de sessões, que em eleições que interfiram com o nome de pessoas, tem de ser sempre por voto secreto.-----

Não havendo pedidos de intervenção ou de esclarecimento, o **Presidente da Assembleia** colocou à votação, através de escrutínio secreto, a lista apresentada pelo Partido Socialista, a qual **foi aprovada por maioria** com 17 votos SIM, 3 votos em Branco e 1 voto nulo, ficando eleito como **membro efetivo** o senhor António Manuel da Silva Amaro, Presidente da Junta de Freguesia de São Barnabé (PS) e como **membro suplente** o senhor Eduardo José Dias Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, (PS), em representação de todas as Juntas de Freguesia do Concelho de Almodôvar, no XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

C.7 – CONHECIMENTO DO DESPACHO N.º 102/2023 RELATIVO À DESATIVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL;-----

O **Presidente da Assembleia** deu início a este ponto da ordem de trabalhos e solicitou de imediato ao Presidente da Câmara que esclarecesse os munícipes do que é que se trata esta matéria, caso assim o entenda.-----

O **Presidente da Câmara** começou por esclarecer que na altura do covid ativaram um Plano Municipal de Proteção Civil que tinha a ver com a utilização de recursos humanos e também em termos de habitação, para em caso de necessidade poderem alojar pessoas, poderem socorrer pessoas, poderem transportar pessoas.-----

Essa necessidade já está suprimida e já não é preciso ter esse plano ativado, desativaram o plano e por lei temos que informar a Assembleia Municipal, que é o órgão que realmente controla as atividades da Câmara, de que foi desativado este serviço. Era um serviço que servia não somente o concelho de Almodôvar mas qualquer necessidade do Distrito, porque a Proteção Civil não obstante ser municipal, quando é necessário é ativada pelo CODIS e pelo CODU, que são as entidades que regulam ou que mandam nestas coisas dos serviços e serve todo o distrito. Às vezes, como sabem, os bombeiros vão parar a qualquer parte, não é que a proteção civil municipal tenha a ver com os bombeiros, mas os bombeiros também fazem parte dessa Proteção Civil Municipal, portanto, é só para informar que está completamente desativado o plano que tínhamos delineado e em curso para o Covid 19.-----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se registado a inscrição da deputada Ana Guerreiro. -----

Tomou a palavra, a **deputada Ana Guerreiro**, que referiu o seguinte:-----

Senhor Presidente, realmente verificaram que há uma desativação do Plano de Emergência e Proteção Civil e ficaram com umas dúvidas se seria relativa ao covid 19, porque o nosso município tem de ter naturalmente um Plano de Proteção Civil. -----

Querem questionar se o Plano Municipal de Proteção Civil existe e se está ativado e se é só esta parte do covid 19 que foi desativada. -----

Agora outro ponto, o Senhor Presidente falou no pagamento para pôr a fibra ótica e não percebeu, vão ter uma reunião e as empresas querem dinheiro para pôr a fibra ótica? -----

Ficou com algumas dúvidas porque primeiro o Senhor Presidente fala que tem que pressionar mas depois já fala em pagamento e ficou na dúvida também porque quando falou aqui em relação à fibra ótica o Senhor Presidente não lhe deu qualquer explicação.

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por dizer que não se recusa nunca a prestar esclarecimentos, a qualquer momento, até porque no fundo é pago também para isso, para explicar às pessoas a maneira como a Câmara gasta o dinheiro e aquilo que tem planeado para o gastar e porque é que não o gastam às vezes.

Ainda hoje nesta sessão se viu que já devíamos ter gasto numas coisas e não conseguimos, gastamos noutras, por exemplo gastamos quase 4 milhões em obras que não foram financiadas, mas gastamos porque faziam falta e ainda não conseguimos gastar no loteamento ou outras obras que também foram aqui mencionadas, mas que havemos de lá chegar. -----

Relativamente àquilo que o questionou, é assim, acham que temos de fazer de tudo para servir a população, de tudo, tudo o que está ao nosso alcance e é isso que estamos a fazer quando mencionou a questão da fibra ótica no Rosário. -----

Já que estamos no Rosário, a sua explicação não foi total, até porque nem sempre consegue explicar tudo dos zero aos cem, mas depois o vereador chamou-o a atenção que faltava aqui um detalhe porque existiram algumas reuniões onde a Câmara tem pressionado para que a fibra chegue ao Rosário, porque merecem, porque são uma freguesia, como já explicou, com população ativa jovem, uma freguesia de futuro e que merece essa fibra ótica e que as comunicações não funcionam adequadamente, como a Câmara tem feito no Dogueno, Santa Cruz, Semblana, Corte Figueira, São Barnabé. A Câmara tem feito as intervenções, os pagamentos necessários para que a internet lá chegue e hoje essas localidades que mencionou têm uma internet eficaz, a última foi no Monte dos Mestres onde pagaram cerca de 5 mil euros para conseguir que a internet lá chegasse e que a rede móvel tivesse um sinal maior. Também estão a fazer o mesmo para o Rosário, na última reunião houve uma proposta em cima da mesa para um pagamento de cerca de 73 mil euros + IVA, que passa dos 80 mil euros e estão a ponderar pagar, não é que concordem pagar, mas é que vocês merecem. Não é que concordem porque acha que é um engano, uma falácia nós estarmos a pagar um serviço que devia ser público e gratuito, porque faz parte das competências do Governo, mas naturalmente que não querem privar o Rosário por causa de 80 ou 82 mil euros. Não querem privar o Rosário dessa situação de terem fibra ótica, de terem uma internet mais rápida, de terem acesso mas rápido a toda a informação que precisam, portanto, irão fazer os possíveis para tentar negociar sem pagamento que é aquilo que é normal, que devia ser assim, mas se não for possível, se a exigência das empresas neste caso a DST que é a responsável por esta fibra ótica no Rosário, por esta zona, que inclui o Rosário, se não existir outra forma, como estão cá para resolver outros problemas também estão para resolver este, é uma questão de tempo e de investir. Claro que se 80 mil euros forem gastos na fibra ótica não serão gatos noutra coisa, é mesmo assim, isto

funciona desta maneira, daí que não podemos abdicar dos 4% de IRS, não obstante a explicação e a discussão que já tivemos sobre esse assunto. -----

Relativamente à Proteção Civil, o Presidente da Câmara ou alguém a quem seja delegado assume as competências de presidir à Proteção Civil Municipal, que é um órgão composto por algumas entidades e está sempre ativo, nós não podemos desativar a Proteção Civil Municipal, ela faz parte da legislação, faz parte da ação do dia-a-dia, essa Proteção Civil está inerente ao cargo de Presidente de Câmara, por vezes delegam em alguém, mas não podem simplesmente desativar a Proteção Civil Municipal, ela tem que existir. -----

Existe, está completamente ativa, reuniram a última vez pensa que em maio ou junho, reuniram online e vão ter de reunir mais uma vez antes do final do ano. Como disse, a sua função é atuar quando há uma emergência ou quando há uma necessidade, geralmente são acionados pela Proteção Civil Distrital e são coordenados por entidades que percebem do assunto. Como devem calcular o Presidente de Câmara ou um Vereador não percebe tudo, não tem que ser médico, não tem que ser engenheiro, não tem de ser bombeiro ou comandante de bombeiros, portanto, trabalham com um conjunto de entidades e cada uma dá o seu contributo e, como dizia o nosso Primeiro-ministro, “cada macaco no seu galho” quando se referia ao Senhor Presidente da República e à interferência não adequada em certos projetos. Portanto, aqui é precisamente a mesma coisa, “cada macaco no seu galho”, preside a Proteção Civil mas não tem a presunção de saber gerir esse departamento, tem a presunção sim de o coordenar da melhor maneira possível. Ela está ativíssima, tomara que nunca seja necessária, mas só desativaram mesmo a componente do Covid, aquilo que estava preparado para o Covid, de instalações a meios, essa está desativada porque já não se justifica. Aliás, esperaram um ano para além daquilo que outras autarquias esperaram, precisamente não fosse o “Diabo tecê-las”, passo a expressão e pede desculpa aos mais católicos. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento em apreço.-----

C.8 - CONHECIMENTO DA LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS, NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DOS MESMOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

O Presidente da Assembleia introduziu a epígrafe e disse que lhe compete esclarecer o público presente. -----

Assim, informa que de acordo com o que está estipulado na lei, e por motivos de simplificação, celeridade processual e eficácia, anualmente a Câmara Municipal solicita à Assembleia Municipal a “*emissão de uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal*” nos casos específicos referidos na Proposta n.º 166/2022, de 20 de outubro, que foi aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 25 de novembro de 2022. Na sequência da autorização emitida, em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal tem o dever de informar sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da referida autorização, compromissos esses que constam no documento que os senhores deputados receberam e sobre os quais, se assim o entenderem, poderão solicitar algum esclarecimento ao Presidente da Câmara. -----

Mais referiu que antes disso dará a palavra ao Presidente da Câmara, para que preste algum esclarecimento sobre esta matéria, caso assim o entenda. -----

Usando da palavra, o **Presidente da Câmara** referiu que estará ao dispor para qualquer questão, está na folha, são contratos que a Câmara faz, para aqueles que não sabem do que estão a falar, são contratos que a Câmara faz que têm durabilidade para mais do que um ano, passam o ano fiscal, portanto há contratos que fazem que não são

concretizados ou têm uma durabilidade para além de 31 de dezembro e nesse caso têm de pedir autorização à Assembleia Municipal. Está inerente mas temos que informar, ela está inerente até um certo valor, temos que informar a Assembleia Municipal e no fundo essa listagem que está aqui é precisamente a informação daqueles contratos que assinam na Câmara e que não se concretizam ou têm verbas para além de 2023, passam para 2024,2025,2026 aquilo que for. -----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo-se registado a inscrição do deputado Pedro Franco. -----

Continuando, foi dada a palavra ao **deputado Pedro Franco**, que começou por dizer que tem algumas questões para perguntar ao Senhor Presidente relativamente aos contratos plurianuais, mas, não sem antes, também explicar porque é que se estava a rir. Acha que para quem faz tanto aprego, tanta importância a 300 mil euros e depois gastar 400 mil numa FACAL, acha que é um bocadinho fora do contexto. A FACAL de facto é uma questão importante, traz a diáspora, mas se calhar com uns meros 100 mil euros faria a mesma coisa, já que estamos a passar uma situação tão grave e de tanta crise. -----

O que vai aqui falar, relativamente a este assunto, é apenas um pequeno aperitivo para o ponto que vem a seguir. Como todos já reparamos existe aqui uma discussão entre o PS e o PSD, em que o PS defende um tipo de medidas e o PSD defende outro tipo de medidas. As medidas que o PSD defende, ao contrário daquilo que o Senhor Presidente diz, não são medidas popularistas. É claro que reduzir para que as pessoas não paguem tanto do IRS é de facto muito bom e muito confortável nesta altura de crise, mas para PSD o mais importante é a alavancagem, trazer para cá o tecido económico, trazer novos trabalhadores, trazer uma vivência nova do tecido empresarial de Almodôvar, porque o que os distingue é que PSD não quer simplesmente fazer uma política de um estado social em que contrata toda a gente que consegue contratar, as famílias certas para conseguir mais votos, querem, de facto, um estado em que alavanque a economia, que traga mais pessoas, que recompense a competitividade, é a sua maneira de aumentar as receitas e a maneira de reduzir as despesas que passa na racionalidade das despesas que são efetuadas. -----

Por isso, por falar em racionalidade das despesas apresentadas, houve aqui duas coisas que lhe chamaram à atenção relativamente aqui à questão dos contratos plurianuais. -----

Um, gostaria de saber sobre a questão deste muro a construir em Gomes Aires, se não se engana, isto é uma verba de 28 mil euros para construir um muro e não sabe qual é o preço por metro quadrado, do muro que está aqui posto e era importante percebermos um bocadinho isto e também percebermos se o muro é de uma pessoa privada, também era bom que esclarecêssemos isto. -----

Também relativamente à questão da aquisição de serviços e manutenção dos espaços do Complexo Desportivo, há aqui uma verba de 46 mil euros. Isto é um contrato por 24 meses, ora 46 mil euros é o equivalente, se calhar, a dois trabalhadores a tempo inteiro da Câmara durante esses dois anos. Tendo em conta que estamos aqui a falar do Complexo Desportivo, em que o espaço verde ronda os 5,5 hectares, pode até estar um bocadinho errado, mas anda à volta disso o espaço verde, se nós aplicássemos isso a um trabalhador com o tempo de função pública normal, se os trabalhadores podiam depender cerca de uma hora por cada dois metros quadrados e isto dava para cortar a erva com uma tesoura das unhas. Portanto Senhor Presidente, parece um bocadinho excessivo 46 mil euros para gerir 5 hectares em dois anos, parece um bocadinho excessivo. -----

Em resposta, o **Presidente da Câmara** iniciou por dizer que o Senhor deputado Pedro o deixa estufado. -----

Em primeiro lugar, quando quiser falar de FACAL, falam de FACAL, não tem qualquer problema em explicar a razão pela qual gastaram cerca de 380 mil euros numa FACAL. Assume a despesa, não aceita é que lhe diga que com 100 mil euros fazia, é por isso que está estupefacto, porque isso nem há 20 anos se conseguia fazer. Mas pronto, nota-se só por aí que o excelentíssimo deputado nesta casa não está bem a par dos preços recentes, não se sinta ofendido, não está a fazer isso dessa maneira, não está é a par dos preços, as coisas subiram estrondosamente 30 a 40% em tudo e aquilo que custava há 2 anos ou 3, 100 mil euros, hoje custam 140 mil euros. A FACAL já custava 200/ 250 nos bons tempos. -----

Foi cara? Foi. Justifica o porquê, mas foi cara, para o ano tem de ser mais barata e eventualmente se as coisas não continuarem a subir. Se as coisas se mantiverem, com a nova praça que estamos a fazer, que o PSD também não concorda, até acha que preferiam que tivessem lá as 4 paredes esquisitas que lá estavam, com toda a história e com todo o respeito que elas merecem, mas, eventualmente, conseguiremos reduzir, porque fora das ruas de Almodôvar torna-se mais económico, vamos ver, não está a comprometer-se que o fará, porque isso depende do mercado. Nós não fazemos o preço do mercado, nós temos que nos submeter à concorrência e quando os preços aparecem fazemos o mais barato e o mais barato, tudo somado, significou 380 mil euros, é uma fortuna, mas se não fizermos a FACAL perdemos um elo cultural de gerações, de pessoas que utilizam essa data para vir a Almodôvar para reencontro de gerações, de famílias, de negócio, de aproveitamento de divulgação de produtos etc. etc. etc. -----

A FACAL não é só FACOPOS, como em tempos também se chamou a uma parte da FACAL, e bem, aquela componente da copofonia, da alegria, mas a FACAL é mais do que isso. Nas suas 26 edições está entranhada na nossa cultura e qualquer pessoa que tenha origens de Almodôvar sabe o que é a FACAL, sabe a data, sabe o que que acontece, sabe em que dias são, sabem onde vão ficar, portanto isto tem de ser respeitado também. -----

Agora se lhe disser que foi cara, foi. Foi cara, ponto final. Nem sequer vai argumentar com o Senhor Deputado, mas quando quiser ter aqui uma discussão sobre o assunto também lhe explica o porquê, mas vamos ao ponto que interessa. -----

O muro em Gomes Aires não é privado, isso é uma falta de informação do Senhor deputado e compreende. Não é privado, é um muro que está segurando uma estrada que é municipal. O muro caiu e partiu a estrada, o muro com o peso da estrada e com a humidade e que fica no sopé de uma colina em Gomes Aires, foi cedendo caiu e partiu-se, mas a estrada é nossa e nós temos o dever de reparar aquela estrada, até porque passam lá carrinhas com crianças, o carro do lixo, portanto o uso daquela estrada enquanto via municipal é da nossa responsabilidade. Podíamos pôr aqui em causa se o dono do terreno não teria que participar. Podíamos, era uma discussão se calhar que em tribunal eventualmente conseguiríamos, mas qual é o interesse da Câmara Municipal em criar problemas com os munícipes que eventualmente até cederam terreno há anos atrás para a Câmara construir uma estrada ou criar condições para que ninguém caia lá e para que as coisas funcionem e o povo de Gomes Aires ou qualquer pessoa que passe naquela estrada tenha segurança? Acha que é a segunda e assumiu avançar com uma obra ainda que eu próprio tenha algumas dúvidas se realmente o dono do terreno não devia ter participado em parte, mas, por outro lado, a Câmara faz tantas obras em cima de terrenos de outras pessoas e fazemos o muro de suporte e será que os muros de uma estrada fazem parte da estrada, ou será que os donos dos terrenos é que têm que os pagar? É uma discussão legal, lógica legítima mas acha que ambas as partes têm razão. Se o muro foi feito para proteger, para não caírem lá para dentro, seja um motociclo, seja uma criança a brincar, seja uma viatura com um pequeno descuido, acha que a obrigação é da Câmara Municipal em criar as melhores condições de segurança, a estrada é nossa, partiu-se, estava em perigo de derrocada total e tivemos que o fazer, está a ser feita. -----

Os 28 mil euros não é só naturalmente o muro, são as fundações para a construção do muro, é reposição da estrada, é a deslocação do muro para endireitar a via, ou seja, vamos ganhar parte da estrada, vamos aumentar cerca de meio metro no alargamento, sem custos de expropriação, ficou quase ela por ela. Portanto, digamos que o dono do terreno cedeu-nos aquele bocado de terreno para endireitar a estrada, não se discutiu valores, é legal, pronto é legal sob o ponto de vista de colaboração de entidades e nada proíbe a Câmara Municipal de colaborar com entidades privadas. Não podemos é fazer trabalhos para privados, agora quando o benefício é da Câmara Municipal não há eventualmente nenhuma legislação que diga, se for A é A+A se for B é B-A mas há um bom senso e, aqui neste caso, como noutros usa-se o bom senso de serviço público, interesse público. Portanto, partindo desse princípio não vê ilegalidade e não foi só o muro que custou 28 mil euros, mas o conjunto de obras, inclusivamente a deslocação de um poste de eletricidade para alargamento dessa via, enfim, aquilo que já explicou, a repavimentação, a reposição do pavimento, o muro à altura adequada etc. todo um conjunto de situações que tiveram que fazer naquela via. -----

Relativamente à contratação de uma empresa para fazer manutenção no nosso parque desportivo, para justificar a sua resposta tem que dizer ao Senhor deputado que não obstante ser um fomentador do emprego público, a Câmara Municipal tem cerca de 280 colaboradores, são todos bem-vindos, os vencimentos deles, as condições de trabalho deles sempre que a legislação permite nós estamos completamente em cima no topo dessa legislação, fazemos o nosso melhor, é também muito apologista do negócio privado e o estimular o negócio privado significa que há um tecido empresarial, ainda que seja pequeno, ainda que seja micro empresarial, que vai contribuir significativamente para o desenvolvimento económico do nosso concelho em todos os sentidos. A Câmara não paga impostos a si própria, as empresas pagam impostos que vão para os Estado e vão para a Câmara e vão subsidiar uma serie de tarefas. As empresas dão emprego a pessoas que tem um espírito diferente daqueles que estão na Câmara, porque os que estão na Câmara têm uma missão que é função pública e os que trabalham em empresas privadas têm outra missão, trabalham para ganhar o seu lucro, o seu dia-a-dia e se não trabalharem o final do mês não ganham e a Câmara Municipal quer chova quer vente, dia 21 o dinheirinho está na conta e isto faz toda a diferença. Não é que exista nenhum tipo de recusa de funcionários públicos em trabalhar, mas o espírito é servir o público, não é de facto manutencionar, ou seja, aquilo que for uma obra quando uma empresa privada faz esse trabalho e se não o fizer bem feito é despedida e vem outra e não queremos saber se está de baixa, se está em licença, se está em apoio à família, se tem uma folga, se tem um aniversário, tudo isso nos passa ao lado, portanto tem que haver aqui um misto entre a empregabilidade pública e o apoio às empresas privadas. -----

Isto justifica claramente porque que nós muitas vezes damos mesmo pequenos trabalhos a empresas, porque não obstante termos por vezes capacidade de fazer aquele trabalho, se calhar na Câmara levava um mês quando uma empresa privada tem de ganhar dinheiro, quanto mais depressa fizer melhor e para nós também é importante que as coisas fiquem bem-feitas e rapidamente para desocupar a via, para desanuviar aquele trabalho, para desanuviar o nosso orçamento e para servir as pessoas, portanto no fundo o objetivo é este. -----

Um funcionário público por muito pouco que ganhe ao final de um ano tem 20 mil euros de custo para a Câmara, seja operacional, se for assistente técnico ganha mais um bocadinho, o operacional neste momento tem um vencimento médio de 770 euros x 14 meses x Segurança Social x Seguro x a viatura que usa x a farda que veste fica em 18,17,19, 20 mil euros. O contrato foi por 2 anos no valor de 46 mil euros, não estamos a pagar assim tanto dinheiro a mais, sendo que esta empresa emprega pensa que 3 pessoas no concelho de Almodôvar, é uma empresa felizmente do concelho de Almodôvar, portanto os seus impostos, a sua rentabilidade fica no concelho, mexe em

Almodôvar, não há aqui benefício para ninguém, estamos a falar de uma empresa de jardinagem que se chama Orlando Vargas. Também damos trabalho a outras empresas, como é o caso da Florigranja e outras que há no concelho. Aqui na de A-do-Neves também há uma pessoa que trabalha com a Câmara nessa área, noutras pequenas empreitadas, que é a Gigantancinho, portanto é isto que nós fazemos, é também estimular os pequenos comerciantes, os pequenos produtores, os pequenos investidores, a terem da parte da Câmara alguma segurança e sabem que faz a diferença porque estas empresas sabem que a Câmara paga a tempo e horas e empregam pessoas contando também com este valor da Câmara Municipal e a Câmara pouco mais está a investir. Portanto, é por isso que diz ao Senhor deputado que estava um bocadinho estupefacto, porque os números que estava a fazer estavam a deixá-lo alarmado e pensou que estava a pagar muito, depois fez aqui uma conta e afinal de contas está dentro dos limites e os técnicos municipais na Câmara são umas máquinas porque são eles geralmente que definem os valores, só assina por baixo, confia neles e também na boa lógica destas coisas, a lógica está explicada. -----

Pede desculpa de ter sido tão longo, mas esta noite está no espírito de explicar tudo até ao esgotamento, vão ficar saturados e saturadas, mas é assim, faz parte. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da listagem dos compromissos plurianuais assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação. -----

C.9 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ART.º 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DO ARTIGO 37.º DO REGIMENTO; -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e referiu que de acordo com o ponto 1, do artigo 37º do Regimento desta Assembleia Municipal, em cada sessão ordinária “O Presidente da Câmara Municipal deve remeter ao Presidente da Assembleia Municipal, ... uma Informação escrita acerca da atividade da Câmara Municipal e da situação financeira do Município.”, da qual deverão constar todas as matérias referidas no Ponto 2. do mesmo artigo, acompanhada da documentação que consta no Ponto 3 do citado artigo. -----

É sobre estas informações que nos vamos debruçar de seguida, caso os Senhores Deputados pretendam colocar alguma questão ou algum esclarecimento ao Presidente da Câmara. -----

Mas antes pergunta ao Presidente da Câmara se quer prestar alguns esclarecimentos complementares sobre este Ponto da Ordem de Trabalhos, antes de dar a palavra aos Senhores deputados. -----

O **Presidente da Câmara** referiu que está totalmente ao dispor, caso os Senhores Deputados ou a Mesa tenham alguma questão sobre algum aspeto, mesmo que ele não esteja mencionado no relatório. Naturalmente estará disponível para falar do mesmo e explicar seja o que for necessário. -----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo-se registado a inscrição do Senhor Deputado Pedro Franco. -----

Dada a palavra ao **deputado Pedro Franco**, este começou por referir que chegaram ao último ponto, portanto tem mesmo que ser a última intervenção e não é bluff. -----

Tratamos agora das contas do município, não vou falar do relatório de atividade mas da Informação financeira e tem várias questões para fazer ao Senhor Presidente. -----

Uma delas garante que não é nenhuma provocação, é mesmo ignorância da sua parte e espera que o Senhor Presidente o consiga esclarecer porque as dúvidas assustam-no. -----

A 1.ª questão que eu lhe queria colocar era relativamente aqui a um quadrinho que está na página 8 e já agora, Senhor Presidente, se quiser tentar também adivinhar o quadro, é a tabela de execução orçamental até à data de 31 de agosto. Portanto é uma tabela, isto basicamente também só para pôr toda a gente em corrente, que tem as receitas correntes da Câmara, tem as despesas correntes e tem as amortizações de empréstimos a médio e longo prazo. -----

Retirando às receitas as despesas e as amortizações, dá o chamado saldo corrente, que é um saldo negativo em -440.872,00€. -----

Senhor Presidente, sabemos que isto é gravíssimo, que é uma questão grave, a Câmara neste momento está de facto a ter mais despesas, se nós considerarmos a amortização de património está a ter mais despesas, a amortização do património e os empréstimos a médio e longo prazo fazem mais despesas do que gera dinheiro, mas a pergunta mais pertinente e que o preocupa mesmo é quais são as consequências legais disto? Sabe que em tempos ter um saldo corrente negativo trazia consequências legais, nomeadamente no que diz respeito à contratação, relativamente a alguns graus de liberdade que a Câmara tinha com o orçamento e portanto este sinal de uma gestão pouco cuidada que consequências é que traz? -----

Como disse, sabia há algum tempo, não sabe se é o mesmo agora, pode ser até que não haja nenhuma consequência, não sabe. -----

A outra questão que queria falar agora tem a ver com uma coisa que o Senhor Presidente falou agora há pouco sobre o contributo que a Câmara dá para o incentivo da economia local, e que despende dinheiro na economia local, e que paga a tempo e horas e portanto é dinheiro ao final do mês, mas quando vê aqui a questão das dívidas que o município tem em despesas correntes, normalmente são as despesas que são feitas para essas compras que são feitas geralmente num ato de boa-fé no município e para incentivar também a economia local e se não se engana o valor dessa dívida, que não encontro aqui, orçava os 300 mil euros. -----

Portanto isto tem a ver com as dívidas, enfim, mas sabe do que estou a falar Senhor Presidente? Consegue perceber o que eu estou a falar? Das dívidas? Então vamos falar de outra coisa. -----

Não sabe do que estou a falar, então vamos falar de outro assunto -----

Outra questão que queriam abordar é de facto um aumento que houve bastante grande de custos com o pessoal. Este aumento de custos com pessoal é um aumento na ordem dos 10%. É claro que também se pôs aqui a questão dos novos trabalhadores da escola, também, mas mesmo sem considerar a questão dos trabalhadores da escola estamos aqui a falar de um aumento de 10%. Estes 10% não se refletem numa atualização de salários, todos os que estão aqui que são trabalhadores públicos, sabem que não foram atualizados em 10%. Isto reflete-se numa política constante do Senhor Presidente e deste executivo de contratar, contratar, contratar, esta política de contratação e depois é aliada a uma política também de contratação de serviços. Estamos aqui a falar de um município que perdeu 10% da população, estamos a falar de um município que como todos os outros municípios têm aqui um conjunto todo novo de ferramentas tecnológicas que simplificam as coisas, estamos a falar de um município que perdeu muitas atividades daquelas que fazia, estamos a falar, olhe até falaram da educação, isto por acaso também não é 100% a questão do município, tem mais a ver com a escola, mas falaram aqui da educação, olhem fiquei sabendo que com a saída do Senhor Presidente, Professor Francisco Abreu, neste momento na escola não há professores auxiliares para um conjunto grande de turmas, podem encolher os ombros, descartar-se, mas de facto poderia haver um esforço em tentar. Se a educação é de facto mesmo importante, devíamos também fazer a nossa influência, mesmo caso não seja a

nossa competência, porque a educação das crianças de Almodôvar é o futuro de Almodôvar. -----

Lembra que já tivemos em Almodôvar duas Assembleias Municipais onde houve aprovação para pessoas entrarem no Cineteatro. O Cineteatro está fechado há anos, tivemos de aprovar pessoas para entrar no Cineteatro, há aqui toda uma gestão de pessoal e uma política de contratação, contratação, que depois é óbvio que vai dar estes resultados negativos. -----

Portanto Senhor Presidente, a pergunta essencial que eu gostava mesmo de fazer era esta questão deste saldo negativo, quais são as consequências legais que o concelho pode sofrer. -----

O **Presidente da Assembleia** agradeceu ao deputado Pedro Franco e referiu que num dos aspetos que o deputado falou poderá imediatamente responder. Segundo o que percebeu, quando falou na questão dos professores de apoio, ou professores auxiliares, serão efetivamente professores de apoio, esclarece que a questão dos professores com essa função não tem absolutamente nada a ver com a Câmara mas com o Agrupamento, tem a ver com a forma como o agrupamento faz a gestão dos seus Recursos Humanos. Portanto, esta é uma parte que não tem absolutamente nada a ver com a Câmara Municipal. -----

Quanto ao resto, pedia então ao Presidente da Câmara que esclarecesse devidamente as questões que foram colocadas. -----

Em resposta o **Presidente da Câmara** começou por dizer que não sabe por onde começar. -----

Em primeiro lugar o deputado Pedro deixou-o confuso porque só tem uma pergunta, não é? -----

Não sabe, já encontrou a dívida do município? Não encontrou? Já? Então pronto. -----

Se o Presidente da Assembleia autorizar e se os seus esclarecimentos não forem suficientemente eloquentes, voltará a responder. -----

Deixem-no dizer que há aqui um contrassenso, que não está a perceber, não sabe se o senhor deputado Pedro Franco está a representar a totalidade do seu Grupo Municipal do PSD, pensa que sim, mas há bocadinho foi acusado e foi proposto abdicar de todo o IRS, agora dizem-lhe que a Câmara tem 400 mil euros negativos, e não abdicamos do IRS, se abdicássemos então passávamos para 700 mil euros e, de facto, não percebe se gerir uma Câmara Municipal na ideia do Senhor deputado e, se representa todo o grupo, se tem a ver com gastar, gastar, gastar mas não receber nada de ninguém e não sabe onde vão arranjar dinheiro, porque de facto o dinheiro tem de ter uma proveniência e todos os pequenos impostos, todas as pequenas receitas somadas, como já disse há bocadinho, ajudam-nos a levar isto para a frente. -----

Agora vamos falar do que é o equilíbrio orçamental. O equilíbrio orçamental, como vêm aí nessa folha com 400 mil euros negativos, não é o primeiro mês que aparece, há alguns meses que estamos assim, tem a ver com um compromisso que o executivo tem para com as pessoas de Almodôvar, ou seja, o nosso rendimento, a nossa componente de receita do Governo reduziu 40 mil euros por mês, ao final do ano são cerca de 500 mil euros a menos, o nosso IRS, as pessoas ganharam menos por causa do covid reduziu, a nossa Derrama, como disse há bocadinho, o ano passado fomos buscar 400 mil euros este ano fomos buscar 80 mil e no entanto se olharem para as folhas de apoios da Câmara Municipal, que o senhor deputado também tem acesso, a população em geral também pode ter, caso assim queiram, a Câmara não falhou com um cêntimo naquilo que fazemos todos os dias, não deixou de pagar aos nossos fornecedores, não há dívidas da Câmara Municipal. Portanto, estranha que apareça aí alguma dívida, se aparece é uma situação pontual de dias, pagamos as contas a tempo e horas, pode acontecer uma dívida que nos esqueçamos, que tenha passado, uma fatura que passou ao lado, acontece, é uma falha, mas não devemos a instituição nenhuma, tomara mantermo-nos

assim sempre. Portanto não há nada a lamentar, o que há a lamentar é uma perda de receita e o equilíbrio orçamental desde que entrou o programa, no início do ano, o SNC-AP que incorpora já também a desvalorização dos imóveis, tem sido mais difícil manter o equilíbrio orçamental regular, tal como fazíamos antigamente, que era a diferença entre o que se recebia e o que se gastava. De facto, neste momento estamos a gastar mais do que aquilo que recebemos, mas também naturalmente que isto é uma situação pontual, porque temos dinheiro para receber de obras que não foram ainda pagas, obras que estão a ser feitas e que vão ser pagas, na Educação temos quase 200 mil euros para receber do Governo porque não pudemos ainda colocar a pagamento as faturas respetivas, temos mais vencimentos, uma das despesas e um dos aumentos de custos que mais gostou de pagar, este ano, foram os 7% de aumento dos salários dos funcionários com efeitos retroativos a 1 de janeiro, ou seja, toda a gente recebeu o aumento e o aumento não é só no bolso do funcionário e da funcionária, é na Segurança Social, é nos Seguros, é na ADSE tudo isso aumenta em consequência do aumento dos vencimentos. De facto, não pensa que tenhamos funcionários a mais, pensa é que fica surpreso como é que usam o argumento de mais dinheiro nos funcionários quando eles são a mais-valia de uma autarquia. Os nossos funcionários e funcionárias são aqueles que fazem girar a autarquia, as 36 pessoas que temos na escola secundária são quem cuida dos nossos meninos e meninas, são quem cuida da minha filha e dos vossos filhos, portanto, se o Governo disse que era para subir, a primeira coisa que faz é subir o vencimento. Estranha até que o PSD tenha esta atitude neste momento de criticar que a maior despesa que tive foi em funcionários, percebe que tenha a ver com o número de funcionários, mas diz-nos uma coisa, só não colocam mais pessoas nas escolas neste momento porque não têm orçamento suficiente, porque se tivessem tinham de colocar, porque, não obstante termos menos população, há mais necessidades. Infelizmente temos mais crianças com deficiências, temos crianças nas nossas escolas que têm de ter um funcionário ou uma funcionária só para essa criança, quando há 10 anos atrás a legislação não obrigava, agora obriga, qualquer criança que peça um apoio excecional desde diabético até uma criança com problemas psicológicos tem de ter uma funcionária afeta a essa criança e temos que dar resposta, é a nossa função enquanto dirigentes da Câmara Municipal. Se forem analisar bem as folhas de vencimentos vão ver que temos infelizmente situações com as quais está em total desagrado, que é ter pessoas a trabalhar nas nossas escolas com o desemprego, pessoas que estamos a aproveitar o facto de estarem a receber subsídio para as incorporarmos, pessoas que nós estamos a fazer contratos de avença porque não temos possibilidade de fazer contratos a tempo inteiro e de dar segurança a essas pessoas e logo que tenhamos oportunidade vamos fazê-lo, mas é a tal coisa, o dinheiro não cai do céu, portanto quando lhe falam que devia abdicar dos 300 mil euros do IRS e depois o criticam que está com 400 mil euros negativos, de facto, mais uma vez esta noite, sai daqui um bocadinho confuso, não sabe bem o que é que se pretende fazer, se é realmente abdicar de tudo e criticar o Presidente da Câmara que levou a Câmara à falência, ou se é assegurar que os serviços sejam feitos e que os funcionários tenham condições de trabalho, tenham fardas, subsídio de almoço e recebem os ordenados a 21 e que a Câmara não chegue ao final do ano e não vá pedir ao Governo que faça um apoio extraordinário porque não tem dinheiro para pagar. Tem de haver aqui um equilíbrio e o equilíbrio não pode ser abdicar de tudo em prol de dar tudo, continuam a garantir que todas as associações do concelho tenham os seus subsídios em dia, pedem, provam que merecem, as nossas crianças têm tudo aquilo que têm direito e que nós nos comprometemos, o apoio escolar é dado, os manuais escolares são oferecidos, os transportes são gratuitos para todas as crianças até para a universidade, para todas as universidades do país, os medicamentos como já mencionou são todos pagos na comparticipação não formalizada pelo Estado, portanto nós fazemos o nosso trabalho social, mas, para fazer esse trabalho, para pagar os ordenados a tempo e horas, para ter

gasóleo que subiu 30 ou 40% no último ano, para ter seguros em dia, a eletricidade subiu 40%, é natural que as contas da Câmara não tenha muitas sobras e vai levar aqui um ano ou dois até a coisa equilibrar, até o Governo nos dar mais dinheiro, até a eletricidade baixar, o gasóleo. Portanto tem que ser honesto com as pessoas, isto é normal acontecer, é claro que gostaria de ter 10 milhões de euros de sobra. Se estivesse em Loulé alugava uma sombrinha na praia e tinha montes de dinheiro de impostos ao final do ano, se tivesse em Loulé recebia 45 milhões de IMI, em Almodôvar recebe 250 mil euros e tem de fazer os mesmos serviços que Loulé faz, numa dimensão mais pequena, quem diz Loulé, diz Lisboa, Cascais ou outras Câmaras. Comparando a Câmara de Almodôvar com Ourique, Mértola, Aljustrel, Castro Verde, as Câmaras que se comparam connosco, acha que Almodôvar tem dado tudo aquilo que é possível muito acima do que aquilo que as outras Câmaras dão e se olharem para as taxas de IRS, derramas, tudo aquilo que a Câmara cobra, estamos nos números médios ou abaixo do que as outras Câmaras cobram, portanto fazer a jigajoga ou a chicana política de propor baixar o imposto e depois criticar. A Câmara até ao final do ano vai precisar de receber mais dinheiro para equilibrar orçamentalmente a Câmara e vamos precisar de receber até ao final do ano mais dinheiro, mas se tivermos de passar o ano com desequilíbrio orçamental não há consequências nenhuma legais desde que seja justificado e a Câmara tem a justificação, não andam a esbanjar dinheiro, andam a dar apoio social, a apoiar a Educação, a contratar pessoas para garantir que os nossos alunos e alunas tenham condições, a fazer pequenas obras de reparações em escolas para que haja condições etc. etc. -----

Em 2021, 2022 e 2023 foram gastos 4 milhões de euros em obras, que não sabe se outro Presidente da Câmara teria coragem de as fazer, sem um cêntimo de financiamento, mas tinham de ser feitas, do campo de futebol de Santa Clara e Aldeia dos Fernandes, o relvado de Almodôvar, a Estrada da Aldeia dos Fernandes, obras no Rosário, em todo o concelho e tiveram de ser feitas e essas obras têm de ser pagas e o dinheiro tem de aparecer. Além da obra social temos a obra física e temos candidaturas, temos o PROVER, o SABER E SABORES, projetos que dinamizam os nossos produtos e que têm de ser pagos e o dinheiro depois para receber leva algum tempo até ser recebido. Portanto a diferença entre o que se gasta e aquilo que se tem a receber às vezes leva tempo a recuperar porque a Câmara está sem sobras. A Câmara de Almodôvar está sem sobras, é verdade, porque os aumentos foram tão grandes no último ano, as despesas subiram tanto e as receitas diminuíram ou mantiveram-se, portanto, precisamos aqui de um período até as coisas estabilizarem. Como dizia há bocadinho, eventualmente até a receita do Estado subir, até as pessoas começarem novamente a ter mais emprego, a recebermos mais IRS, o gasóleo descer, os produtos alimentares para a escola baixarem um bocadinho, está a ver aqui uma pessoa que não é chamada para o caso mas que vende para a escola e sabe que os produtos alimentares subiram cerca de 30 a 40% e as vossas crianças continuam a comer ao mesmo valor que comiam o ano passado e há dois anos, e isso tem um custo, e esse custo reflete-se nestas folhas, portanto não vem para aqui vender a banha da cobra, vem para aqui dizer o que acha que é o logico e o justo dizer. Se a Câmara tem um défice orçamental não deve nada a ninguém, o défice orçamental é recuperado, esperemos nós todos até ao final do ano, até que a Câmara consiga receber da CCDR e de todos os projetos Educativos o dinheiro que está investido à frente. Se há um ano atrás tinha margem de 2 milhões de euros, neste momento o nosso orçamento é justo, está à justa, portanto não podemos esbanjar, é verdade nem a nossa Câmara nem nenhuma Câmara deste país, com a realidade que temos e quando nestas assembleias se cria a ideia de devíamos tirar daqui devíamos tirar de acolá e do outro, antes de fazer temos de pensar se temos dinheiro para pagar porque não vamos ficar a dever, porque no dia que sair da Câmara, como qualquer um de vocês queria fazer, temos de sair de cabeça erguida, fizemos o que foi possível fazer e está tudo pago e se não for assim é um problema para a nossa consciência, para a

vida, porque vemos as caras das pessoas todos os dias na rua e todos os dias olham para nós ou com respeito ou com falta dele.-----

(alguém falou sem microfone) -----

Continuando, disse que volta a referir que tenha conhecimento que não há consequência, até porque se a Câmara justificar, o problema principal é passar o ano com um défice orçamental, faz parte das regras da boa gestão ter o equilíbrio orçamental, estar equilibrado, as despesas serem iguais à receita ou a receita ser superior à despesa, neste momento qualquer Câmara Municipal do país, qualquer instituição consegue justificar facilmente se baixaram as receitas e aumentaram as despesas, ou cortamos nas despesas, que seria aquilo que o PSD estava a propor há bocadinho cortar, ou então aumenta-se as receitas e equilibra-se as despesas. Se até ao final do ano não recebermos o suficiente para equilibrar a balança, terá que justificar fundamentado à Direção Geral das Autarquias que nos coordena as contas o porquê, mas não há cortes de orçamento, que tenha conhecimento não há, tal como se não atingirmos os 85% de investimento da realização de execução das despesas de capital tem consequências na redução do orçamento do ano a seguir se não for devidamente justificado. Se for devidamente justificado e analisado pela comissão da DGAL será naturalmente, pensa, validada essa justificação. Aqui neste caso confessa que não está preocupado, também faz contas numa folha de Excel, o dinheiro que a Câmara tem para receber é superior àquele que consta aqui, é uma questão de tempo, faltam 3 meses para o final do ano, faltam 3 meses para receber verbas que temos a receber de uma serie de instituições, que é mesmo assim. A Câmara paga sempre em avanço do PROVER aos Sabores e Saberes, da Educação que são quase 200 mil euros, como disse à CCDR. Há obras que nos vão colmatar ou complementar esta diferença, que espera que seja assim como está a dizer, se não for havemos de justificar. Agora a Câmara não deixa de dar serviço a quem precisa pelo facto de termos menos receita, nem que a Câmara tenha que fazer aquilo que outras autarquias já fizeram, recorrer à banca para salvaguardar a situação, se for o caso e se isso garantir que as nossas crianças têm serviço, que os nossos carros andam na estrada com gasóleo, que os pneus custando mais caro são pagos, é isso que fazemos agora, é claro, que há programas que tivemos de desativar. O empreendedorismo, por exemplo, que já tem sido falado nesta Assembleia, não podemos reativá-lo ainda porque é um custo que é extra àquilo que são as despesas normais da casa neste momento e os senhores vereadores por muito que me digam devia estar, compreende mas não pode ainda, não pode estar a criar despesas extras quando as despesas que tem estão neste momento superiores àquilo que são as receitas, tem que equilibrar as contas da Câmara e quando isso acontecer pensa noutros programas. Até lá vai dizendo sim, se for possível fazemos, mas é a única coisa que pode dizer, porque não pode dizer que faz amanhã quando sabe que vai colocar a Câmara em maus lençóis, portanto a sua função é gerir com as ferramentas que tem. É como um médico, olha para o doente e vê o que pode fazer e pergunta aos colegas e a quem está acima aquilo que é melhor para aquele doente e quando temos um problema temos que o resolver, isto ainda não é um problema. Claro que sabia até a página que o Senhor deputado ia mencionar, porque sabe uma coisa, é a única coisa que o PSD pode ver neste relatório que será motivo de uma discussão, é por isso que é fácil e como já disse esta noite, se fosse oposição sabia onde atacar, portanto sabe onde vou ser atacado completamente. -----

A **Assembleia Municipal** **apreciou** a informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento. -----

C.10 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: -----

Prosseguindo, o **Presidente da Assembleia** colocou à votação a minuta da ata da sessão, a qual contém as deliberações tomadas na rubrica da Ordem do Dia, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD). -----

Antes de dar por encerrada esta sessão, o **Presidente da Assembleia** disse que a noite já vai longa, mas antes de terminar a sessão, deve referir o seguinte:-----

Espera, em seu nome pessoal, em nome dos membros da Mesa da Assembleia Municipal, em nome dos restantes deputados municipais, dos senhores vereadores e executivo camarário, não termos defraudado as expectativas do público presente, a quem desde já agradece a presença, sobre o que é uma sessão da Assembleia Municipal.-----

Todos tiveram oportunidade de intervir na discussão dos assuntos aqui abordados, que algumas vezes originam discussões mais acaloradas, não foi hoje o caso, e ainda bem que assim é, até porque cada um defende os seus pontos de vista, defende as suas opções de acordo com aquilo que acham que são os interesses que melhor servem o concelho de Almodôvar. Mal seria se assim não fosse.-----

Finalmente, quer deixar aqui um agradecimento ao senhor Vítor Nogueira, pela incedível colaboração que prestou na organização desta sessão descentralizada da Assembleia Municipal, ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Senhor Francisco Luz, pela cedência deste espaço e pela disponibilidade que desde o início revelou para que a Assembleia Municipal se realizasse aqui, aos funcionários da Junta de Freguesia do Rosário e aos funcionários da Câmara Municipal que montaram todos os dispositivos necessários à realização desta sessão, à Câmara Municipal que nos disponibilizou os colaboradores e equipamentos necessários, à Senhora Carla Lima, sempre presente e diligente e a quem hoje, mais uma vez, retirámos do conforto do seu lar, ao Senhor Daniel Ramos, pela disponibilidade e profissionalismo na montagem dos aspetos técnicos que uma sessão descentralizada requer e ao executivo camarário, aos Senhores Vereadores e Senhores Deputados Municipais que de bom grado se deslocaram ao Rosário para realizar esta sessão da Assembleia Municipal e, principalmente, um agradecimento muito especial a todos vós, público aqui presente, pelo interesse que demonstraram e pela atenção que nos dedicaram, porque sem vós, munícipes da Freguesia do Rosário, sem a vossa presença, esta sessão da Assembleia Municipal de Almodôvar não faria qualquer sentido.-----

Vocês fizeram-nos sentir “estar em casa” e fizeram-nos pensar, mais uma vez, que vale a pena a descentralização das sessões da Assembleia Municipal. Para todos vós aqui presentes, o meu sentido e sincero agradecimento, em nome da Assembleia Municipal de Almodôvar e em seu nome pessoal.-----

Muito obrigado e bem hajam.-----

FECHO: Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c), do n.º 1, do art.º 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a sessão por encerrada, eram **zero horas e vinte minutos**, do dia 23 de setembro de 2023. -----

Para constar e para os fins consignados no n.º 1, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão. -----

Os anexos à ata dão-se aqui como reproduzidos e ficam apensos ao presente livro de atas.-----

E eu, **Filipa Isabel Ribeiro de Sousa**, primeira secretária da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo.-----